



República de Angola
Ministério da Educação

ENSINO SECUNDÁRIO PEDAGÓGICO

Plano Curricular

Ensino Secundário
Pedagógico

Ficha Técnica

Título

Plano Curricular do Ensino Secundário Pedagógico

Autor

MED

Coordenação

Manuel Afonso

José Amândio F. Gomes

João Manuel Adão

Coordenação Técnica:

Piedade Silissóle Agostinho

Correcção

Grupo Multidisciplinar do INIDE

Editora

Editora Moderna

Pré-impressão, Impressão e Acabamento

GestGráfica, S.A.

Ano / Edição / Tiragem

2019 / 1.ª Edição / 20.000 Ex.



EDITORA MODERNA

E-mail: geral@editoramoderna.com

© 2019 EDITORA MODERNA

Reservados todos os direitos. É proibida a reprodução desta obra por qualquer meio (fotocópia, offset, fotografia, etc.) sem o consentimento escrito da editora, abrangendo esta proibição o texto, as ilustrações e o arranjo gráfico. A violação destas regras será passível de procedimento judicial, de acordo com o estipulado no código dos direitos de autor.

Índice

Introdução	05
Contexto Educativo Angolano	07
Sistema de Educação e Ensino	10
Níveis de Aprendizagem no Desenvolvimento da Estrutura Cognitiva dos Alunos	13
Organização Curricular do Ensino Secundário Pedagógico	17
Estratégias Gerais de Organização e de Gestão de processos de Ensino e de Aprendizagem	55
Caracterização Geral dos Programas	58
Tratamento Metodológico de um Tema	59
Bibliografia	67

Introdução

A educação escolar, actualmente, é um processo através do qual os estados procuram empoderar intelectual, cultural, social e politicamente os seus cidadãos, como garantia do desenvolvimento sustentável, quer a nível pessoal como das suas comunidades. Todavia, como processo social, a educação, não é estanque; envolve sempre dinâmicas de elevadas complexidades e vários desafios. Razões bastantes para informar a busca ininterrupta de um conjunto de estratégias e procedimentos para acção, cuja meta é o alcance das proposições emanadas pela política educativa, de cada estado.

Nesse particular, fruto dos avanços conseguidos a nível político em 2002 e consubstanciados no alcance da paz, Angola tem vindo a vivenciar várias tentativas voltadas à melhoria da qualidade educativa. É exemplo disso a implementação da segunda reforma educativa entre 2004 e 2014, da qual resultou o presente plano curricular. Não obstante, naquela altura, contrariamente ao que dizem as diversas teorias em torno do currículo, um conceito caracterizado por várias definições, o plano curricular havia sido denominado por Currículo sem, contudo, existir alguma razão explicativa. Tal realidade, assim como outras de matriz curricular apuradas aquando da avaliação global da segunda reforma educativa, acolhe tratamento para efeitos de restituição da designação: **Plano Curricular**.

O presente Plano Curricular constitui o documento basilar na gestão de processos de ensino e da aprendizagem, porquanto elenca a pluralidade de elementos que sustentam o currículo dos ciclos indicados. Nele impactam-se, grosso modo, as linhas gerais para a sustentabilidade de práticas educativas pretendidas com o currículo, nas respectivas instituições de ensino no país. Vale lembrar que, nosso principal desafio é o alcance dos propósitos que informam os fins do Sistema de Educação e Ensino Angolano.

E isso parece depender, em grande medida, da nossa capacidade profissional e intelectual na implementação dos pressupostos curriculares que corporizam o presente plano curricular; imprimindo os procedimentos de rigor que se impõem. Nesse particular, os diferentes actores da gestão da política educativa angolana a nível de cada escola, nomeadamente gestores escolares, coordenadores de classe, chefes de turno, coordenadores de disciplinas, professores e alunos, têm um papel preponderante na praticabilidade do currículo subjacente desse documento.

Este é o grande desafio por vencer no quadro da educação escolar, objectivando o cumprimento dos fins da educação do estado angolano, com a realização de um ensino mais humanizador, inclusivo, atraente, relevante, contextualizado, dialógico e significativo na formação integral dos indivíduos, para as exigências da vida pessoal, da família, comunidade e do país. Requer-se, igualmente, de uma organização e gestão de processos de ensino e da aprendizagem que tenham presente o espírito saudável de unidade nacional e de integração regional, a manutenção da paz e estabilidade nacional, a consolidação e aprofundamento do processo democrático, o respeito mútuo e dos direitos humanos, bem como a diversidade cultural de Angola e a identidade de cada aluno.

Com efeito, o Plano Curricular comporta uma introdução e outros itens, nomeadamente: (I) contexto educativo angolano, (II) Fundamentos teóricos da educação, (III) sistema de educação e ensino angolano, (IV) níveis de aprendizagem no desenvolvimento da estrutura cognitiva dos alunos, (V) organização de ensino secundário pedagógico, (VI) opções metodológicas de organização e gestão de processos de ensino e de aprendizagem, (VII) características gerais dos programas, (VIII) tratamento metodológico de um tema e, finalmente, a bibliografia.

O item 1, “contexto educativo angolano”, traz uma descrição bastante resumida sobre a realidade económica, política, social e cultural do país, que impactam a razão deste plano curricular.

O item 2, “fundamentos teóricos da educação”, aborda as perspectivas filosóficas, psicológicas, pedagógicas e metodológicas no quadro da política educativa do estado angolano, ao mesmo tempo que objectivam as formas de organização e gestão dos processos de ensino e da aprendizagem. Informam, de igual modo, as perspectivas e pressupostos que fundamentam as opções feitas pelo estado angolano no âmbito da educação, cuja meta é a busca permanente de estratégias de formação integral, inclusiva e de qualidade para os sujeitos de aprendizagem, em harmonia com os propósitos e fins da política educativa.

O item 3, “sistema da educação e ensino”, apresenta, basicamente, os fins da educação angolana declarados na sua Lei de Bases, bem como a estrutura de como se articulam os diferentes subsistemas da educação e ensino, partindo da educação pré-escolar até ao ensino superior.

O item 4 “níveis de aprendizagem no desenvolvimento da estrutura cognitiva dos alunos”, traz os objectivos deste subsistema da educação e Ensino, a caracterização geral, o perfil de saída dos alunos, a estrutura curricular e os planos de estudo, obviamente com as disciplinas e as respectivas cargas horárias.

O item 5 “organização de ensino secundário pedagógico,” traz os objectivos deste subsistema da educação e Ensino, a caracterização geral, o perfil de saída dos alunos, a estrutura curricular e os planos de estudo, obviamente com as disciplinas e as respectivas cargas horárias.

O item 6 “opções metodológicas de organização e gestão de processos de ensino e da aprendizagem”, apresenta propostas estratégicas que visam a promoção de um ensino, uma aprendizagem e avaliação integradora, democrática, dialógica inclusiva e de qualidade, na gestão das actividades didáctico-pedagógicas que decorrem da implementação da política educativa. Este item é uma lembrança que se faz relativamente ao que está em causa no Sistema de Educação e Ensino Angolano: a formação de sujeitos criativos, críticos, inovadores e com sentido patriótico, onde o trabalhar a CHAVE (conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e ética) informam tal metas. As opções metodológicas nesse caso, constituem proposições importantes sobre como organizar e gerir estrategicamente o ensino, a aprendizagem e a avaliação.

No item 7, “características gerais dos programas”, estão presentes os elementos que articulam os programas das disciplinas, de cada um dos ciclos de formação deste plano curricular. É uma informação que contribui para melhor gestão dos programas das disciplinas, visando ao alcance dos objectivos a que o sistema da educação se propõe cumprir com cada uma das disciplinas do plano de estudo.

Finalmente, o item 8, “tratamento metodológico de um tema”, apresenta um exemplo sobre as estratégias a utilizar para o levantamento do número de aulas possíveis num determinando tema; ou seja, mostra os procedimentos para a preparação e planificação de actividades docentes, semanais, mensais e trimestrais, conforme ao caso. Nesse sentido, é um mecanismo extremamente importante para a previsão de tipologias de aulas necessárias em cada um dos temas do programa disciplinar.

1. Contexto Educativo Angolano

Angola, como país, surge a 11 de Novembro de 1975 data da proclamação da sua independência, do jugo colonial português que durou aproximadamente cinco séculos. Situa-se na África Austral onde ocupa uma área de 1.246.700 km² com uma população aproximadamente de 26 milhões (INE, 2016), distribuída em 18 províncias. É um país com uma diversidade cultural, histórica, económica e linguística, sendo o português a língua oficial, de comunicação entre os angolanos e de ensino; porém, em regime de experimentação, foram introduzidas algumas línguas de Angola no currículo do ensino primário.

Quanto a Educação e Ensino, a República Popular de Angola, compreendendo a importância deste sector como factor essencial para o desenvolvimento do país e um mecanismo para a elevação do nível de vida das populações, criou um Sistema de Educação e Ensino que não englobou nos seus objectivos e princípios, os vestígios da política educativa colonial, tendo consagrado na sua Lei Constitucional, a educação, como um direito de todos os cidadãos, sem discriminação do sexo, raça, etnia ou crença religiosa.

O Sistema Nacional de Educação e Ensino, aprovado em 1977, começou a ser implementado em 1978 e teve, entre outros princípios gerais, os seguintes:

- › Igualdade de oportunidades no acesso e continuação dos estudos;
- › Gratuitidade do ensino a todos os níveis;
- › Aperfeiçoamento constante do pessoal docente.

O Sistema de Educação e Ensino organizava-se da seguinte forma:

- › Um Subsistema do Ensino de Base;
- › Um Subsistema do Ensino Técnico-Profissional;
- › Um Subsistema do Ensino Superior.

De acordo com tal organização, o Sistema de Ensino contava com as seguintes componentes:

- › Ensino Geral de Base com oito classes - as quatro primeiras constituíam o I Nível obrigatório (1.^a à 4.^a classe), duas do II Nível (5.^a e 6.^a classes) e duas do III Nível (7.^a e 8.^a classes);
- › Ensino Pré-Universitário com 4 semestres (dois anos);
- › Ensino Médio de quatro anos (com dois ramos, técnico e normal);
- › Ensino Superior.

Para alcançar os objectivos acima referenciados, Angola contava apenas com cerca de 25 mil professores, a maioria dos quais mal formados.

Entre 1977 e 1980 estudavam nas escolas do país cerca de meio milhão de angolanos, um número bastante considerável se comparado ao do tempo colonial. Esta grande

afluência da população às escolas, provocou um impacto negativo no Sistema de Educação. Por outro lado, a guerra civil que teve início em 1975 e continuou, com alguns intervalos até 2002, cujas consequências faziam-se sentir principalmente nas zonas rurais onde as infra-estruturas escolares não foram poupadas, constituiu um outro impacto negativo no Sistema de Educação e Ensino.

Estes motivos bastantes, fizeram com que em 1986, o Ministério da Educação efectuasse um diagnóstico ao Sistema de Educação, o que permitiu fazer um levantamento das suas debilidades e necessidades. Com base nesse diagnóstico concluiu-se que era necessário realizar uma nova Reforma Educativa. Assim sendo, foram traçadas as linhas gerais para a sua implementação.

Em 1990, Angola alterou o Sistema Político Monopartidário e enveredou para o Sistema Político “Multipartidário”, o que necessariamente provocou mudanças na sua política educativa.

Apesar dessa alteração política, a guerra continuou a ser uma constante desestabilizadora com os seus efeitos nefastos sobre o Estado, as populações e as infra-estruturas económicas e sociais. A rede escolar do país ficou fragilizada e como consequência as poucas escolas de certas capitais das províncias como Luanda, Benguela e Lubango para onde se refugiaram as populações, ficaram sobressaturadas.

De 1990 a 1992, a taxa bruta de escolaridade atingiu cerca de 80% no ensino primário. A partir de 1992, a situação agravou-se, estimando-se que o número de crianças em idade pré-escolar havia ultrapassado dois milhões, mas, somente 1% dessas crianças tinham acesso ao ensino.

Neste contexto bastante adverso, o sector da Educação mostrava um fraco desempenho em termos qualitativo e quantitativo. Para mudar este quadro, a Assembleia Nacional da República de Angola aprovou, em 2001, a Lei nº 13/01 de 31 de Dezembro, Lei de Bases do Sistema de Educação.

Esta Lei estabeleceu as bases legais para a realização da 2ª Reforma Educativa em Angola, cujos objectivos gerais foram:

1. Expandir a Rede Escolar;
2. Melhorar a Qualidade de Ensino;
3. Reforçar a Eficácia do Sistema de Educação;
4. Melhorar a Equidade do Sistema de Educação.

Apesar dos esforços do Governo em melhorar o desempenho do sector, com a

construção de mais escolas em todo o país, a elaboração dos materiais pedagógicos (planos curriculares, programas de ensino, manuais pedagógicos, guias metodológicos, cadernos de actividades, sistema de avaliação das aprendizagens, etc.) e o reforço da eficácia e equidade do Sistema, o relatório da avaliação global realizada em 2014, detectou algumas insuficiências que urge equacionar.

Os dados e informações recolhidas durante os encontros da apresentação e discussão pública do Relatório da Avaliação Global da Reforma Educativa, permitiram ao MED elaborar o Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação 2015-2025, cuja meta é oferecer uma educação de qualidade definida pela 2ª Reforma Educativa e alinhado com o PND (2015-2017) e PNFQ.

Em consonância com esta realidade e para adequar o Sistema de Educação às novas realidades e necessidades, o governo de Angola aprovou a Lei n.º 17/16 de 7 de Outubro, Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (LBSEE).

Segundo a Lei nº 17/16 de 7 de Outubro, artigo 17.º, o Sistema de Educação e Ensino é unificado e está constituído por seis Subsistemas de Ensino e quatro Níveis de Ensino.

É ponto assente que a Lei 17/16 contém algumas inovações comparativamente à Lei 13/01. Em prova disso, ela introduz a Educação Pré-Escolar como um nível de ensino importante na formação do cidadão. Outro aspecto são os fins da educação estabelecidos na Lei 17/16. Eles mostram a necessidade de adoptar um novo modelo do ensino e aprendizagem que salvguarde os conhecimentos, as habilidades, as atitudes, os valores e a ética, onde o aluno constitui o núcleo central da acção pedagógica da escola.

2. Sistema de Educação e Ensino

A educação, na sua condição de fenómeno social feito na sociedade, com a sociedade e para a sociedade, constitui um processo através do qual os homens moldam-se segundo os padrões socialmente aceites. No caso da educação escolar, processo planificado e sistematizado, caracterizado por ensino e aprendizagem, permitem a preparação integral do indivíduo para as exigências da vida individual e colectiva (artigo 2º da Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino-17/16 de 7 de Outubro), numa base essencialmente científica.

Nesse sentido, o ensino e aprendizagem processos que cristalizam o conjunto de proposições de um determinado estado, realizam-se por intermédio do chamado Sistema de Educação e Ensino. Em Angola e no mesmo artigo 4º, o Sistema de Educação

e Ensino é definido como o conjunto de estruturas, modalidades e instituições de ensino, por meio das quais se realiza o processo educativo, tendente à formação harmoniosa e integral do indivíduo, com vista à construção de uma sociedade livre, democrática, de direito, de paz e progresso social.

A operacionalização do Sistema de Educação e Ensino, visando o cumprimento dos fins, faz-se através de quatro níveis de ensino e uma estrutura que compreende seis subsistemas.

2.1. Fins da Educação em Angola

O estado angolano assume a educação como um bem como, através do qual procura alcançar um sistema de fins educativos expressos no artigo 4º da sua Lei de Bases do Sistema de educação e Ensino. A partir desses fins, na sua essência, compreende-se que a preocupação do estado angolano consiste em formar sujeitos críticos, criativos e inovadores, capazes de promover o bem-estar comum não só da sociedade angolana, mas também, da região austral, do continente e do mundo.

Veja-se a seguir os fins do Sistema de Educação e Ensino em Angola (artigo 4.º):

- a) Desenvolver harmoniosamente as capacidades intelectuais, laborais, cívicas, morais, éticas, estéticas e físicas, bem como o sentimento patriótico dos cidadãos, especialmente dos jovens, de maneira contínua e sistemática e elevar o seu nível científico, técnico e tecnológico, a fim de contribuir para o desenvolvimento sócio-económico do País;
- b) Assegurar a aquisição de conhecimentos e competências necessárias para uma adequada e eficaz participação na vida individual e colectiva;
- c) Formar indivíduos capazes de compreender os problemas nacionais, regionais e internacionais de forma crítica, construtiva e inovadora para a sua participação activa na sociedade, à luz dos princípios democráticos;
- d) Promover o desenvolvimento da consciência individual, em particular, o respeito pelos valores e símbolos nacionais, pela dignidade humana, pela tolerância e cultura de paz, pela unidade nacional, pela preservação do meio ambiente e pela contínua melhoria da qualidade de vida;
- e) Fomentar o respeito mútuo e os superiores interesses da nação angolana na promoção do direito e respeito à vida e à dignidade humana, à liberdade e à integridade pessoal e colectiva;

- f) Desenvolver o espírito de solidariedade entre os povos com atitude de respeito pela diferença, permitindo uma saudável integração regional e internacional;
- g) Garantir a excelência, o empreendedorismo, a eficiência e a eficácia do processo de formação integral do indivíduo.

2.2. Estrutura de Sistema de Educação e Ensino

Para o alcance dos fins do Sistema de Educação e Ensino em Angola, a própria Lei nº 17/16, de 7 de Outubro ou Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, artigo 17.º, estipula a estrutura através da qual é possível a sua materialização. Assim, o Sistema de Educação e Ensino é unificado e compreende seis subsistemas de ensino que corporizam os quatro níveis de ensino.

Como subsistemas de ensino do Sistema de Educação e Ensino angolano, verificam-se os seguintes:

- a) Subsistema de Educação Pré-Escolar;
- b) Subsistema de Ensino Geral;
- c) Subsistema de Ensino Secundário Técnico Profissional;
- d) Subsistema de Formação de Professores;
- e) Subsistema de Educação de Adultos;
- f) Subsistema de Ensino Superior.

Estes subsistemas de ensino condensam a organização do Sistema de Educação em quatro níveis de Ensino, nomeadamente:

- a) Educação Pré-Escolar;
- b) Ensino Primário;
- c) Ensino Secundário;
- d) Ensino Superior.

3. Níveis de Aprendizagem no Desenvolvimento da Estrutura Cognitiva dos Conteúdos

A aprendizagem de qualidade é, actualmente, a meta do acto educativo que tem lugar em instituições de ensino, vulgarmente conhecidas por escolas. No entanto, o alcance dessa meta implica um trabalho didáctico-pedagógico que esteja verdadeiramente ao serviço da assimilação e acomodação do conteúdo do ensino na estrutura cognitiva do sujeito em construção social (aluno). Com efeito, ao trabalho docente será requerido o uso diversificado de procedimentos metodológicos que demandem, não só a memória para retenção dos conteúdos, mas também, outras habilidades intelectuais do aluno na perspectiva da sua formação integral, apontando para a utilização dos conhecimentos científicos aprendidos na resolução tanto de problemas do mundo da ciência, como os da vida quotidiana.

Nesse sentido, pressupõe-se que a abordagem dos conteúdos de ensino e da aprendizagem, em contextos escolares, seja feita mediante envolvimento de diferentes níveis de aprendizagem, dentre os quais, destacam-se os seguintes: (a) nível reprodutivo do conhecimento, (b) nível aplicativo do conhecimento às situações de natureza científica e (c) nível aplicativo do conhecimento às situações de natureza social.

a) Nível reprodutivo do conhecimento

O nível reprodutivo implica a capacidade de retenção do conhecimento e sua posterior repetição ou reprodução, de forma integral tal como abordado ou apenas na sua essência. Está em causa o conhecimento assimilado no tratamento metodológico do conteúdo que representa. Nesse sentido, as actividades de aprendizagem tendem à uma organização estrutural que exigem do aluno a memorização do conhecimento, esperando-se, entretanto, que tal não seja mecânica.

Por isso mesmo, a abordagem do conteúdo carecerá sempre de recurso à realidade circundante mediante exemplos de factos, objectos e acontecimentos mais próximos ao mundo real do aluno.

Este nível de aprendizagem justifica a necessidade da função de diagnóstico no quadro da aprendizagem de conhecimentos assimilados pelo aluno, quer em espaços específicos para as situações de ensino e de aprendizagem formais, quer em outros espaços de convivência social: família, igrejas, clube de amigos, local de lazer, entre outros.

Finalmente, tal como referenciado, com o nível reprodutivo trabalha-se os conteúdos na relação professor – aluno, aluno – aluno ou aluno isoladamente, para o desenvolvimento da sua capacidade memorística, dimensão intelectual indispensável ao desenvolvimento da estrutura cognitiva.

b) Nível aplicativo do conhecimento às situações de natureza científica

Este nível, também conhecido como produtivo, objectiva a manifestação de habilidades intelectuais na resolução de situações de natureza científica; ou seja, o aluno trabalha no sentido de aplicar os conhecimentos científicos que corporizam a sua estrutura cognitiva às situações novas, concretas ou hipotéticas, do mundo da ciência.

Significa que a aprendizagem sobre os conteúdos agendados para uma determinada aula, em certo momento, é feita com base em situações-problemas, de natureza científica. Para isso, o leque de estratégias metodológicas de ensino implicará um recurso aos conhecimentos tidos como já assimilados pelo aluno; desafiando-o a ser capaz de analisar os desafios subjacentes nas situações-problema, concretas ou hipotéticas de natureza científica.

Com este nível aplicativo, procura-se, tão-somente, que o aluno seja preparado, – no quadro da educação escolar, como um potencial descobridor de soluções para situações-problema que a vida coloca diante da ciência. Trata-se, assim, em contextos de ensino, do momento de aprendizagem de conteúdos que visa o desenvolvimento da capacidade retroactiva do conhecimento com implicações à outras capacidades, nomeadamente a criativa, inovativa, recriativa e crítica do aluno, todas de natureza científica.

É uma oportunidade integradora de capacidades intelectuais, onde os desafios que se colocam ao aluno objectivam a ampliação do seu conhecimento científico ou produção, em função das suas temporalidades. Nesse caso, os percursos e resultados do aluno, durante a resolução dos problemas propostos, poderão permitir ao professor a adopção de estratégias de superação das dificuldades

que tenham surgido objectivamente ou não, por conta de alguma insuficiência de conhecimentos, da parte do aluno. Significa que, o professor estará igualmente desafiado a realizar intervenções pedagógicas pontuais que promovam a aprendizagem do conhecimento científico pelo sujeito em construção social, no acto da aplicação prática dos saberes por este incorporados na sua estrutura cognitiva. Portanto, o momento de aplicação do conhecimento é também uma soberana oportunidade não só para a sua consolidação, mas também, para a construção de novos conhecimentos.

c) Nível aplicativo do conhecimento às situações de natureza social

O presente nível de aprendizagem, também conhecido como produtivo no mundo social, difere do anterior no campo de aplicação. Pois, este se aplica às situações reais ou hipotéticas do dia-a-dia, procurando preparar o sujeito para os desafios da vida quotidiana, durante a abordagem dos conteúdos programáticos na aula. No entanto, os procedimentos de natureza metodológica no tratamento desses conteúdos são, na prática, os mesmos, tanto neste nível aprendizagem como no de aplicativo científico, requerendo, obviamente, ao envolvimento directo e total dos alunos na busca de soluções para as situações-problema propostos.

A grande e, provavelmente, a única diferença entre esses dois níveis de aplicação de conhecimentos, quer na sua construção¹ como na consolidação daquilo que se declara na linha dos objectivos da aula, é a utilização de situações-problema do dia-a-dia do aluno; isto é, para o caso deste nível. Com este nível de aprendizagem, talvez o mais integrador que os outros na preparação do sujeito, pressupõe-se um vínculo desejável entre os conhecimentos científicos e a realidade dos contextos de aprendizagem.

Significa que, com ele, além de envolver o aluno em actividades de aprendizagem mais próximas à sua realidade, acabam, também, dando vida aos conteúdos programáticos; pois a sua abordagem didáctica e pedagógica, ainda que verse sobre situações-problema hipotéticas, é centrada na realidade que caracteriza os tempos e espaços de vida do sujeito em construção social.

1- Trata-se do momento em que os alunos procuram descobrir, por si mesmos, as relações intrínsecas de natureza pedagógica e didáctica entre o conhecido e o desconhecido no acto da resolução de situações-problema, variáveis indispensáveis nos processos de ensino e da aprendizagem escolar.

Logo, com o envolvimento do aluno na abordagem dos conteúdos centrada tanto no nível aplicativo científico como no social, aumentam-se, sobremaneira, as possibilidades para as diferentes interactividades como:

(I) **Intelectuais:** as que subjazem da busca de solução ao problema proposto que implicam, necessariamente, a mobilização de recursos cognitivos assimilados e acomodados na estrutura cognitiva do aluno, gerando, mais ou menos, outros recursos cognitivos durante a realização de múltiplas operações mentais. Por outro, o pensamento lógico, criativo, inovador e crítico, identifica-se com as habilidades mentais decorrentes das interactividades intelectuais ao nível da estrutura cognitiva do sujeito;

(II) **Físicas:** aquelas decorrentes da manipulação de diversos materiais didácticos e pedagógicos, à disposição dos actores da aula, na realização das operações necessárias à produção da solução, para a situação-problema proposta;

(III) **Afectivas:** consistem no conjunto de manifestações de ordem psicológica que variam em grau e intensidade, tanto do lado do aluno como do professor, dependendo dos níveis de satisfação ditados pelos processos e resultados das actividades de aprendizagem, em torno da situação-problema em causa. Trata-se da variedade de emoções, sentimentos, desejos, alegrias, frustrações e outras, em função dos sucessos ou fracassos gerados pela busca de soluções esperadas para a situação-problema proposta;

(IV) **Sociais:** são tipicamente decorrentes das relações humanas que se estabelecem enquanto se resolvem as situações-problema. Isto porque os processos de ensino e da aprendizagem que informam a realização do conjunto de operações, quer de natureza mental quer física e afectiva, não só têm lugar num meio social, mas também, porque implicam relações interpessoais de diferentes dimensões entre alunos e entre estes com o professor.

Por isso, parece importante repensar-se a estruturação das etapas que impactam os processos de ensino e da aprendizagem, no sentido destas informarem uma educação problematizadora, criativa, inovadora, crítica, inclusiva e integradora, como forma de se cumprir com os fins da educação do estado angolano (artigo 4º da LBSEE). Com o efeito, clama-se por abandono do paradigma que consiste em dar aulas para assumir-se o de fazer aulas, onde o aluno, sob orientação e supervisão do professor, é o protagonista da sua própria aprendizagem mediante interacção com os outros e com os recursos didácticos e pedagógicos disponíveis.

4. Organização Curricular do Ensino Secundário Pedagógico

O subsistema da formação de professores é um conjunto de órgãos, instituições e recursos que visam à formação de professores para os diferentes níveis de ensino e modalidades de educação. Assume também que do subsistema da formação de professores também fazem parte todos os processos, procedimentos, formas e mecanismos que concorrem para assegurar aos professores e agentes de educação uma sólida preparação científica, técnica, cultural e humana, a fim de intervir cabalmente nos processos formativo, produtivo e social.

Trata adequadamente os conteúdos de modo a que permita ao professor, criar, planificar, realizar, gerir, a avaliar situações didácticas eficazes para a aprendizagem dos alunos.

Os conteúdos que um professor em formação deve aprender, são seleccionados em relação directa com os conteúdos que o mesmo vai ensinar, permitindo a relação entre o conhecimento do objecto de ensino e a sua expressão escolar ou seja a transposição didáctica.

A transposição didáctica permite focalizar as estratégias de ensino e os respectivos procedimentos no aluno. No caso específico da formação nas especialidades permite a produção de conhecimento contínuo e sua reinterpretação em contexto escolar.

A transposição didáctica permite também ao professor em formação conhecer o conteúdo e saber de antemão como vai ensinar – lo, assim, os conteúdos pedagógicos a ministrar nas escolas de formação de professores, devem ser relacionados com a aprendizagem dos alunos a seu nível.

O ensino secundário pedagógico está organizado em 3 anos mais 1 de estágio final (4 anos). Destinado para a formação de professores para o ensino primário, educação regular, de adultos e educação especial. E existem dois tipos de instituições: Magistérios Primários e Escolas de Formação de Professores.

4.1. Objectivos do Ensino Secundário Pedagógico

De acordo com a Lei 17/16, de 7 de Outubro, os objectivos gerais do Subsistema de Formação de professores são:

- a) Formar professores e os demais agentes de educação com perfil necessário à materialização integral dos objectivos gerais da educação, nos diferentes subsistemas de ensino;

- b) Formar professores e demais agentes de educação com sólidos conhecimentos científicos, pedagógicos, metodológicos, técnicos e práticos;
- c) Promover hábitos, habilidades, capacidades, atitudes, valores e ética, necessárias ao desenvolvimento da consciência nacional;
- d) Promover a integridade e a idoneidade patriótica, moral e cívica, de modo a que os professores e os agentes da educação assumam com responsabilidade a tarefa de educar;
- e) Desenvolver acções de actualização e aperfeiçoamento permanente dos professores e agentes da educação;
- f) Promover acções de agregação pedagógica destinadas a indivíduos com formação em diversas áreas de conhecimento para o exercício do serviço docente.

Os objectivos específicos do Iº Ciclo do ensino secundário pedagógico, são os seguintes:

- a) Ampliar, aprofundar e consolidar os conhecimentos, as capacidades, os hábitos, as atitudes e as habilidades adquiridas no I Ciclo do Ensino secundário;
- b) Capacitar os indivíduos para o exercício da actividade docente-educativa na educação pré-escolar, Ensino primário e no Ciclo do ensino secundário;
- c) Assegurar o desenvolvimento do raciocínio, da reflexão e da criatividade técnico-pedagógica e científica;
- d) Permitir a aquisição de conhecimentos, hábitos e habilidades necessárias para a inserção na actividade docente-educativa ou para o prosseguimento dos estudos no subsistema de Ensino Superior;
- e) Fomentar o empreendedorismo para o desenvolvimento de habilidades de trabalho para a vida activa, associadas ao espírito de iniciativa e de autonomia.

4.2. Ensino Secundário Pedagógico – Formação de Professores de Educação Pré-Escolar e Ensino Primário

O Ensino Secundário Pedagógico é o processo através do qual os indivíduos adquirem e desenvolvem conhecimentos, hábitos, habilidades, capacidades e atitudes que os capacite para o exercício da profissão docente na Educação Pré-Escolar, no Ensino Primário e no I Ciclo do Ensino Secundário Regular, de Adultos e na Educação Especial e mediante critérios, o acesso ao Ensino Superior Pedagógico.

Realiza-se após a conclusão da 9ª classe, com duração de quatro anos, em Escolas de Magistério. As Escolas de Magistério podem realizar cursos de profissionalização ou agregação pedagógica, com a duração de um a dois anos, de acordo com a especialidade, destinados a indivíduos que tenham concluído o II Ciclo do Ensino Secundário. A formação contínua de professores é assegurada predominantemente pelos Centros de Formação de Professores ou por outras instituições de ensino, autorizadas para o efeito.

4.2.1. Caracterização geral da formação de professores da Educação Pré-Escolar e Ensino Primário

O nosso tempo caracteriza-se por um ritmo de mudanças vertiginoso, como nunca antes ocorreu na história da humanidade. Essas mudanças assumem múltiplos aspectos: científico, tecnológico, económico, sociopolítico, filosófico, artístico, mental, moral e comunicacional.

Estes aspectos das mudanças não podem ser ignorados pela educação e sobretudo pela formação de docentes para a educação pré-escolar e para o ensino primário, alicerce indispensável na edificação de um ponto de viragem, rumo ao século XXI. Por isso, sugere-se que se proceda a uma reforma profunda do actual sistema de formação de professores em Angola.

Ora, uma reforma no sistema educativo deve considerar como um dos seus grandes princípios orientadores a necessidade de educar para a mudança na perspectiva múltipla de compreender a mudança, de ensinar a mudança e construir crítica e responsabilmente a mudança. Um aspecto importante da educação para a mudança é o da formação profissional. A rapidez com que evoluem as tecnologias e com que, consequentemente se altera o conteúdo funcional das profissões implica a necessidade de uma formação polivalente dos futuros professores da educação pré-escolar e do ensino primário. É importante que se assuma a sua própria actuação profissional, como um processo com sentido e com prestígio que vai além do espaço físico da própria sala de aulas e além dos interesses pessoais dos professores e dos interesses dos seus alunos.

Para que isso aconteça, para que um professor tenha ideias claras a respeito do papel da escola, deve estar consciente do que, pessoal, institucional e socialmente se espera do seu trabalho. Deve possuir uma formação que lhe proporcione uma educação globalizante, na medida em que sabe qual é a razão das tarefas que realiza e qual é

o papel de cada passo educativo que dá, para o desenvolvimento harmonioso dos seus alunos. Nesta conformidade, as Escolas de Magistério têm de deixar de ser vistas como um prolongamento da escolaridade pós-obrigatória e assumir uma postura revolucionária que, sem perder de vista os seus objectivos, sem esquecer o marco social de referência, que dá sentido final a sua intervenção, proporciona a formação de um cidadão crítico e interveniente, em função do país que se pretende construir.

A função social das Escolas de Magistério exige uma estratégia de mudança decorrente das dimensões políticas, sociais, culturais e pessoais, projectando os seus professores como mediadores entre a inovação curricular e as práticas educativas. Isso corresponde, necessariamente, a uma adaptação dos actuais modelos de formação, que permita aos formandos adquirirem um saber, um saber-fazer e um saber-conviver autónomo e individual, que se reflectam sobre os processos e os produtos da sua actividade e que interiorizem a necessidade de uma formação permanente.

Por outro lado, nestas instituições devem ser criados novos marcos, que possam gerar espaços capazes de integrar uma imagem mais construtiva do seu trabalho e possam munir-se progressivamente de instrumentos que lhes permitam responder à pressão social sobre a escola sem, todavia, superlotar as suas estruturas e massificar a formação. O que, na verdade, se pretende é uma mudança significativa a nível de conteúdos e métodos de trabalho para o desenvolvimento integral dos sujeitos. Quer dizer que todas as disciplinas curriculares, embora apresentadas de forma fragmentada, devem ser consideradas numa inter-relação entre a prática do ensino, as ideologias profissionais e os interesses políticos, sociais, culturais e pessoais, de modo a permitir uma prática lectiva de monodocência capaz de configurar positivamente a estrutura globalizante do subsistema de ensino primário em Angola. Por outro lado, é importante relembrar que, pelo facto dos candidatos ingressarem depois da 9.ª classe, a componente profissionalizante sairá reforçada, diminuindo consideravelmente a carga horária da formação geral.

Em suma, das escolas de Magistério do ensino primário espera-se uma interpretação construtiva da intervenção pedagógica, cuja directriz consiste em criar as condições adequadas para que os esquemas curriculares concebidos sejam os mais correctos e ricos, a fim de formar, de facto, profissionais da educação para o ensino primário.

4.2.2. Perfil de saída dos alunos Educação Pré-Escolar e Ensino Primário

Com a finalidade que propomos, pretende-se que os futuros professores se preparem profissionalmente para a docência no ensino primário, de tal modo que conheçam e

saibam utilizar as suas capacidades e os seus recursos e ter consciência dos efeitos da sua actuação na sala de aula e na escola. Os futuros professores devem harmonizar suas capacidades intelectuais, laborais, cívica, morais éticas, estéticas e físicas, bem como o sentimento patriótico dos cidadãos, de maneira sistemática e contínua, elevando o seu nível científico, técnico e tecnológico, para contribuir para o desenvolvimento do país.

O futuro professor deverá, também, compreender os problemas nacionais, regionais e internacionais de forma crítica, construtiva e inovadora, participando activamente na sociedade, à luz dos princípios democráticos. Seu trabalho deve promover o desenvolvimento da consciência individual e colectiva, com base no respeito pelos valores e símbolos nacionais, na dignidade humana, a tolerância e a cultura de paz, na unidade nacional, a preservação do ambiente natural e a contínua melhoria da qualidade de vida.

Para alcançar este perfil foram considerados três vertentes de formação cujo resultado visa assegurar uma preparação teórico-prática do futuro professor da Educação Pré-Escolar, da classe da iniciação e do professor do Ensino Primário, que, como já se referiu, terá de leccionar da 1.^a a 6.^a classe.

O primeiro destes vectores – o da formação geral – permitirá o alargamento e aprofundamento do conhecimento nas várias disciplinas do ensino primário. O segundo vector – da formação específica – possibilitará a aquisição de conhecimentos indispensáveis na área de Ciências da Educação, ou seja, uma formação específica para a docência. Finalmente, o terceiro vector – da formação profissional – apontará para uma progressiva integração e participação na vida escolar e na realidade do trabalho na sala de aula, isto é, uma formação profissional.

Estas três vertentes deverão estar interligadas desde a 10.^a, intensificando-se na Prática Pedagógica e particularmente na 13.^a classe, de modo a que o Estágio Pedagógico possa ser, por um lado, a concretização da relação entre os conhecimentos teóricos que se forem adquirindo e a realidade da escola, das aulas e dos alunos e da comunidade envolvente e, por outro lado, uma fonte de questões que irão servir de motivação para uma aprendizagem permanente.

4.2.3. Estrutura Curricular

Este currículo contém dois planos de estudo para responder à formação de professores do Pré-Escolar e do Ensino Primário. Cada plano está dividido em três áreas de formação. Uma assegura a **formação geral**, que contempla essencialmente as áreas

de conhecimento que fazem parte do currículo do pré-escolar e do ensino primário, mas também disciplinas que proporcionam ao professor uma cultura mais ampla, servindo, ainda, de suporte àquelas áreas de conhecimento.

Outra, a **formação específica** que integra as Ciências da Educação, essenciais para o exercício da profissão docente e a última a **formação profissional** que visa proporcionar ao futuro professor espaços para aplicar na prática os conhecimentos adquiridos nas restantes disciplinas e aproximar-se da realidade da criança, da escola, do processo de ensino-aprendizagem e da comunidade envolvente.

Os professores das disciplinas que integram o plano de estudos do pré-escolar e do ensino primário serão também os que se encarregarão das respectivas metodologias para se garantir a unidade e coerência dessas disciplinas. As práticas pedagógicas e o estágio devem ser entregues aos especialistas de Metodologia Integrada do Pré-Escolar e do Ensino Primário, que terão em conta o que os alunos aprenderam nas metodologias específicas.

Distingue-se a matéria que constitui objecto de ensino e que consta da formação geral, das metodologias específicas, que constam da formação profissional, uma vez que a experiência nas instituições de formação de professores leva a inferir que, se não se atribuem horas a cada componente, os professores se preocupam muito mais com a ciência do que com a respectiva metodologia de ensino. Contudo, recomenda-se que seja o mesmo professor a encarregar-se das duas vertentes referidas, a fim de possibilitar a sua integração no plano curricular.

A disciplina de Língua Portuguesa contempla no seu programa a “Literatura para Infância” (por se considerar que esta é parte integrante da Língua Portuguesa), uma unidade sobre o aperfeiçoamento da caligrafia e outra sobre actividade de expressão dramática.

É importante que o formando tenha noções de Literatura para a infância (com particular incidência na literatura angolana), com objectivo de criar na criança o gosto pelo livro, pela leitura, permitindo-lhe um alargamento cultural e científico de modos que melhore e desenvolva a sua criatividade, o conhecimento do mundo em que vive e dos problemas que ocorrem. É também através da literatura que a criança entra em contacto com as tradições e problemas sociais de outros povos, inculcando-se nela o respeito por essas mesmas culturas e tradições. Para a opção Pré-Escolar, na vertente de formação profissional, a metodologia de ensino de Português muda para Metodologia de Ensino de Literatura Infantil.

O aperfeiçoamento da caligrafia é fundamental para um professor que vai ensinar os alunos a escrever de forma legível.

As disciplinas de Expressão Motora, Expressão Musical e Expressão Manual e Plástica integram-se numa só, que passa a designar-se por “Expressões”, pois todas elas conduzem o professor ao saber, saber-fazer e saber-ser nessas áreas, havendo apenas uma classificação que é a média aritmética das diferentes componentes. Na opção pré-escolar, na formação profissional, estas disciplinas surgem com metodologias separadas, por constituírem a base de trabalho lúdico, estético e do desenvolvimento motor do aluno da iniciação.

Para cada uma destas áreas haverá um professor da especialidade, embora todas concorram de uma forma geral para o mesmo fim, ou seja, o mesmo projecto. No último trimestre da 12.^a classe estas áreas serão trabalhadas de uma forma concentrada e globalizante com a presença dos três professores dessas áreas, num projecto único, que é preparado ao longo dos dois trimestres anteriores na Metodologia das Expressões.

Esta vertente artística é importante na formação de professores, para que eles possam desenvolver nos seus alunos, mesmo naqueles considerados como “menos dotados”, a sensibilidade estética, suscitar o gosto pela descoberta, favorecer o pleno emprego de todas as faculdades, tanto as do corpo como as da mente, em todas as suas componentes. Visa, ainda, a aquisição de hábitos e atitudes fundamentais de pensamento (criatividade e espírito crítico, de análise e de síntese) capazes de promover o desabrochar e o desenvolvimento dos futuros professores, preparando-os para uma reflexão pessoal.

Uma vez que a carga horária já não comporta uma área de educação tecnológica propõe-se que a vertente das expressões relativa à Formação Manual e Plástica inclua também componentes que metodológica e epistemologicamente sejam adequadas e encaradas numa perspectiva tecnológica.

A disciplina de Filosofia responde à necessidade de proporcionar aos futuros professores, ainda que de um modo global e introdutório, as perspectivas mais actuais sobre problemas essenciais do homem, do mundo e do conhecimento. Esta bagagem restrita pelo pouco tempo de que se dispõe para esta disciplina é ainda necessária para que os futuros professores possam compreender os conceitos ligados à Filosofia da Educação, que farão parte da Teoria da Educação e Desenvolvimento Curricular e da formação pessoal, social e deontológica.

Por ter sido considerado importante para a sua formação geral existem duas línguas estrangeiras no plano de estudos, Inglês e Francês, tendo cada a sua continuação no 1.º ciclo do ensino secundário.

A disciplina de Informática aparece como uma forma de proporcionar ao futuro professor conhecimentos técnicos que lhe permitam usar o computador que é hoje um meio tecnológico essencial para grande parte das profissões e, nomeadamente, para o ensino.

Inclui-se a disciplina de Teoria da Educação e Desenvolvimento Curricular em substituição de parte dos conteúdos da Pedagogia. A primeira tem 45h e a segunda 75h, dado que a primeira é uma cadeira teórica e a segunda teórico-prática. Na classificação desta disciplina o primeiro módulo tem coeficiente 1 e o segundo 1,5.

Uma vez que se trata do Ensino Primário, obrigatório e em regime de mono docência, existem condições para o professor e é de toda a vantagem para os alunos que o ensino seja tanto quanto possível globalizado. Daí, a importância de um módulo de Metodologia Integrada do Ensino Primário, incluído na Teoria da Educação, que aponte para uma apropriação integrada e globalizada da realidade (o que não impede, mas, pelo contrário, exige o domínio das metodologias específicas) que promova a interdisciplinaridade ou, no mínimo, a articulação dos diferentes saberes.

O professor de Metodologia do Estudo do Meio será o professor especialista em Metodologia Integrada do Pré-Escolar e do Ensino Primário.

Alguns dos conteúdos da disciplina de Pedagogia foram transferidos para outras disciplinas, ligadas a perspectivas curriculares actualizadas, mais amplas que as desenvolvidas na Pedagogia que fazia parte dos antigos planos de estudo.

Finalmente, o módulo de Desenvolvimento Curricular permite, por um lado, clarificar o conceito e os fundamentos do currículo escolar, relacionando-o com as opções sociais e as decisões assumidas aos níveis políticos e administrativos. Por outro lado, esse módulo caracteriza o processo de desenvolvimento do currículo, explicitando as operações de gestão do currículo na escola e na sala de aula, com referência às alternativas de decisão e de acção e respectivas incidências educativas.

A Psicologia incluirá a Psicologia de Desenvolvimento e da Aprendizagem e tratará essencialmente da análise dos factores fundamentais do desenvolvimento e da aprendizagem. Esta disciplina integra a “Introdução à Educação Especial”, será leccionada na 11.ª classe, tendo como objectivo identificar, lidar e encaminhar, se for o caso, os alunos com necessidades educativas especiais. Assim, através desta unidade

munimos o futuro professor de instrumentos que lhe permitem proporcionar a esses alunos um atendimento e cuidados específicos e adequados ou encaminhá-los para instituições especializadas.

A disciplina de Análise Sociológica da Educação e Administração e Gestão Escolar é leccionada em um ano. A primeira parte da disciplina de Administração e Gestão Escolar possibilita a compreensão dos factores de natureza legal, institucional e organizacional que contextualizam as práticas educativas. Por sua vez, na segunda parte da disciplina, em Análise Sociológica da Educação estudam-se factores de natureza sociológica relevantes para o processo de ensino-aprendizagem, que permitirão o levantamento de questões que forem observadas nas Práticas Pedagógicas, podendo considerar-se como reforço para a compreensão de problemas concretos que possam ter surgido na turma e ou na escola. Isto é, forma-se o professor para identificar problemas de natureza social, pedagógica e de relacionamento, analisá-los e interpretá-los no sentido de ajudar os alunos a minimizá-los.

A disciplina de Formação Pessoal, Social e Deontológica no currículo de Formação de Professores do Pré-Escolar e do Ensino Primário perspectiva-se em dois sentidos complementares: por um lado, visa fomentar no futuro professor uma consciência reflexiva sobre si como pessoa, contribuindo para construção progressiva de uma identidade profissional. Por outro lado, procura fornecer ao futuro professor conteúdos e métodos adequados à futura leccionação da disciplina de Educação Moral e Cívica no ensino primário.

Pretende-se ainda que seja perspectivada uma sensibilização à educação de adultos no desenvolvimento dos programas de formação específica e profissional.

A Prática Pedagógica será a concretização da parte teórica, pretendendo-se com esta etapa da formação aplicar os conhecimentos obtidos anteriormente, nomeadamente, a formulação de objectivos e elaboração de planos de aula, que contemplem uma visão sistémica dos conteúdos a tratar, dos objectivos gerais e específicos que se pretendem atingir, dos pré-requisitos, da selecção de métodos, meios e instrumentos de avaliação e ainda do tempo previsto.

Assim sendo, o aluno-mestre, na sua actuação durante o estágio, deverá ser capaz de aplicar todos os conhecimentos assimilados na formação geral, específica e profissional.

As práticas pedagógicas desenvolvem-se em três fases diferentes. A saber:

1. **Observação** numa escola de Ensino Primário, incluindo aulas, recreio e modo

de funcionamento da escola, visando possibilitar os primeiros contactos com a realidade educativa.

2. A segunda fase é já a de **colaboração** ou de **responsabilização parcial** com o professor da turma. Nesta fase, os alunos entram em contacto com os horários, os programas e os manuais, como preparação, sob orientação dos professores das referidas áreas, para colaborarem com o professor dos alunos na realização de aulas.

3. A última fase é de plena **responsabilização**. Os formandos trabalham com uma turma do pré-escolar ou do ensino primário, conforme o caso. Recebem visitas sistemáticas de controlo do professor da escola anexa, do responsável pela Prática Pedagógica e o professor especialista em Metodologia Integrada do Pré-Escolar e do Ensino Primário e, excepcionalmente, dos professores das metodologias específicas, sempre que se achar necessário.

Os seminários pedagógicos estão ligados à Prática Pedagógica e servirão para preparar as aulas práticas e reflectir sobre elas.

Na avaliação das duas últimas fases da Prática Pedagógica, deve ser ouvido o professor da turma.

Concluídas as duas fases da Prática Pedagógica realiza-se o Estágio Pedagógico sob a orientação do professor que é especialista em Metodologia integrada do Pré-Escolar e do Ensino Primário, conforme o caso, com a colaboração dos professores das áreas disciplinares e das Ciências da Educação, sempre que a análise dos problemas identificados exijam a participação de especialistas das áreas/ disciplinas em questão. Todo o Estágio deve ser também acompanhado pelo professor da escola anexa que é responsável pela turma.

A avaliação dos alunos será realizada de acordo com o Sistema de Avaliação proposto.

Nesta última fase propõe-se que o aluno estagiário apresente trimestralmente um relatório das actividades realizadas, pois isto permitirá determinar o nível do saber, saber fazer e saber ser dos formandos.

Finalidades

A elaboração de um plano de estudos depende de determinadas orientações e circunstâncias histórico-sociais. Ele deve:

- › Preparar cientificamente e pedagogicamente professores para praticarem um

ensino globalizador; trabalharem em ligação com os colegas da mesma turma e com a comunidade envolvente;

- › Possibilitar a integração dos professores na sociedade através do estudo de diversos saberes científicos;
- › Aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos no 1º Ciclo do Ensino Secundário e promover a aquisição de novos conhecimentos;
- › Formar a curto prazo professores do ensino primário.

4.2.4. Características do aluno neste nível etário

As componentes socio-afectivas e intelectuais da vida do aluno evoluem lado a lado, o que significa que:

- › Do **ponto de vista socioafectivo** – nesta faixa etária o aluno organiza-se em função da sua escala de valores. Inicia a sua integração na sociedade, especialmente no que respeita à certeza na escolha de uma profissão. Neste período de vida diminuem as oscilações morais e começa a aparecer a maturidade na sua conduta e nas suas relações interpessoais. A ideia da entrada no mundo do trabalho e as preocupações dos estudos superiores tornam-no cada vez mais sensível aos problemas do mundo;
- › Do **ponto de vista intelectual**, o aluno desenvolve as capacidades lógicas e de representação simbólica, tal como são usadas pelos adultos. Aprende a raciocinar sobre um problema e sobre as várias alternativas de solução possíveis, decidindo entre elas qual a mais apropriada.

É de notar que o estágio de desenvolvimento depende, em grande parte, do grau de instrução da pessoa em causa; muitos adultos, segundo Piaget, (1999)* nunca chegam a fazer raciocínios formais. Nas sociedades em que não existem escolas formais nenhum dos seus membros é capaz de raciocinar formalmente. Este estágio de operações formais é, afinal de contas, produto de cada sociedade e não um estágio de desenvolvimento inevitável em toda a humanidade.

Planos de Estudo

Formação de Professores do Ensino Primário; Opção: Pré-Escolar

Disciplinas	Horário semanal				
	10ª Classe	11ª Classe	12ª Classe	13ª Classe	Total por Disciplina
Formação Geral	22	13	11		46
Língua Portuguesa	2	3	3		296
Matemática	2	2	2		222
Física	2				74
Química	2				74
História	2				74
Geografia	2				74
Biologia	2				74
Francês	2	2	2		222
Inglês	2	2	2		222
Informática	2				74
Filosofia		2			74
Línguas Nacionais	2	2	2		222
Formação Específica	8	7	6	5	26
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	2				74
Necessidades Educativas Especiais		2			74
Análise Sociológica da Educação e Administração e Gestão Escolar			2		74

Higiene e Saúde Escolar				2	74
Teoria da Educação e Desenvolvimento Curricular		2			74
Formação Pessoal, Social e Deontológica				3	111
Expressões	6	3	4		481
Formação Profissional Metodologia de Ensino de:		9	13	25	47
Literatura Infantil		2			74
Matemática			2		74
Estudo do Meio		2			74
Línguas Nacionais		2			74
Expressão Motora			2		74
Expressão Musical			2		74
Expressão Manual e Plástica			2		74
Prática Pedagógica e Seminários		3	5		296
Estágios e Seminários				20+5	925
N.º Total de Horas/ Semana	30	29	30	30	117
N.º de Disciplinas/ Semana	13	13	12	4	42
Total	900	870	900	900	3570

Formação de Professores do Ensino Primário; Opção: Ensino Primário

Disciplinas	Horário semanal				
	10ª Classe	11ª Classe	12ª Classe	13ª Classe	Total por Disciplina
Formação Geral	22	12	10		44
Língua Portuguesa	2	2	2		222
Matemática	2	2	2		222
Física	2				74
Química	2				74
História	2				74
Geografia	2				74
Biologia	2				74
Francês	2	2	2		222
Inglês	2	2	2		222
Informática	2				74
Filosofia		2			74
Línguas Nacionais	2	2	2		222
Formação Específica	8	7	5	5	25
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	2				74
Necessidades Educativas Especiais		2			74
Análise Sociológica da Educação e Administração e Gestão Escolar			2		74

Higiene e Saúde Escolar				2	74
Teoria da Educação e Desenvolvimento Curricular		2			74
Formação Pessoal, Social e Deontológica				3	111
Expressões	6	3	3		444
Formação Profissional Metodologia de Ensino de:		11	15	25	51
Língua Portuguesa		2			74
Francês			2		74
Inglês		2			74
Línguas Nacionais		2			74
Matemática			2		74
Estudo do Meio/Ciências da Natureza		2			74
História			2		74
Geografia			2		74
Expressões			4		148
Prática Pedagógica e Seminários		3	3		222
Estágios e Seminários				20+5	925
N.º Total de Horas/ Semana	30	30	30	30	120
N.º de Disciplinas/ Semana	13	14	13	4	44
Total	900	900	900	900	3600

4.3. Ensino Secundário Pedagógico – Formação de Professores do 1º Ciclo do Ensino Secundário

4.3.1. Caracterização geral do Ensino Secundário Pedagógico – Formação de Professores do 1º Ciclo do Ensino Secundário

O ensino secundário pedagógico é o processo através do qual os indivíduos adquirem e desenvolvem conhecimentos, hábitos, habilidades, capacidades e atitudes que os capacite para o exercício da profissão docente, na educação pré-escolar, ensino primário e no 1º Ciclo de ensino secundário regular, de adultos e na educação especial.

O Ensino secundário Pedagógico realiza-se após a conclusão da 9ª classe, com duração de quatro anos, em escolas de Magistério.

As Escolas de Magistérios podem realizar cursos de profissionalização ou de agregação pedagógica, com a duração de um a dois anos de acordo com a especialidade, destinada a indivíduos que tenham concluído o II ciclo do ensino Secundário.

A formação contínua de professores é assegurada predominantemente pelos Centros de Formação de Professores ou por instituições de ensino, autorizadas para o efeito.

A função social das Escolas de Formação de Professores exige uma estratégia de mudança decorrente das dimensões políticas, culturais e pessoais, projectando os seus professores como mediadores entre a inovação curricular e as práticas educativas. Isso corresponde necessariamente a uma adaptação dos actuais modelos de formação permitindo que os formandos adquiram um saber e um saber-fazer autónomo, individual, que reflectam sobre os processos e os produtos da sua actividade e que interiorizem a necessidade duma formação permanente

Por outro lado, estas instituições devem criar novos marcos que possam gerar espaços capazes de integrar uma imagem mais construtiva do seu trabalho e possam munir-se progressivamente de instrumentos que lhes permitam responder à pressão social sobre a escola sem, todavia, superlotar as suas estruturas e massificar a formação. O que na verdade se pretende, é uma mudança significativa a nível de conteúdos e métodos de trabalho para o desenvolvimento integral dos sujeitos. Quer dizer que, todas as disciplinas curriculares, embora apresentadas de forma fragmentada devem ser consideradas numa inter-relação entre a prática do ensino, as ideologias profissionais e os interesses sociais e culturais, de modo a permitir uma prática lectiva, única, capaz de configurar positivamente a estrutura globalizante do subsistema do 1º Ciclo secundário de Angola. Por outro lado, é importante lembrar que, pelo facto dos candidatos ingressarem depois da 9ª classe, a componente profissionalizante sairá reforçada, diminuindo consideravelmente a carga horária da formação geral.

Em suma, das escolas de formação de professores do 1º ciclo do Ensino secundário Pedagógico, espera-se uma interpretação construtiva da intervenção pedagógica, cuja directriz consiste em criar as condições adequadas para que os esquemas curriculares concebidos sejam os mais correctos e ricos, a fim de formar, de facto, profissionais da educação para o ensino secundário.

4.3.2. Perfil de saída dos alunos do Ensino Secundário Pedagógico – Formação de Professores do 1º Ciclo do Ensino Secundário

A Educação, em todas as suas formas, pode moldar o mundo de amanhã, potencializando os indivíduos e as sociedades com as habilidades, perspectivas, conhecimento, habilidades, atitudes, valores e ética para se viver e trabalhar de maneira sustentável.

Neste contexto o executivo angolano através do ministério da Educação traçou um conjunto de objectivos e se haver uma aprendizagem nas diferentes interactividades estaremos cumprindo, dentre outros fins da educação e ensino angolano (artigo 4º da lei 17/16 de 7 de Outubro) que é desenvolver harmoniosamente as capacidades intelectuais, laborais, cívicas, morais, éticas e físicas, bem como o sentimento dos cidadãos, especialmente dos jovens, de maneira contínua e sistemática e elevar o seu nível científico e tecnológico, a fim de contribuir para o desenvolvimento sócio Económico do país; assegurar a aquisição de conhecimentos e competências necessárias a uma adequada e eficaz participação na vida do individual e colectiva; formar um indivíduo capaz de compreender os problemas nacionais, regionais, e internacionais de forma crítica, construtiva e inovadora para a sua participação activa na sociedade, a luz dos princípios democráticos.

Para se dar resposta a este desiderato no fim do curso, o futuro professor deve ser capaz de:

- › Conhecer a estrutura do sistema educativo angolano e compreender os princípios orientadores da organização do sistema;
- › Conhecer o papel das autoridades educativas e dos vários agentes que intervêm no processo Educativo;
- › Conhecer as responsabilidades de um formador de professores;
- › Conhecer os programas das disciplinas a ensinar no curso de formação de professores;
- › Conhecer a função das disciplinas a ensinar no âmbito do currículo da formação de professores;

- Conhecer as características do desenvolvimento físico, social, emocional e cognitivo do estudante adolescente e jovem adulto que frequenta o curso de formação de professores;
- Conhecer como estimular o desenvolvimento do futuro professor na promoção da valorização pessoal e auto estima;
- Envolver os futuros professores em processos activos de aprendizagem que estimulem a autonomia, a curiosidade, o gosto pelo saber e a responsabilidade pela sua própria aprendizagem;
- Desenvolver estratégias pedagógicas diferenciadas, mobilizando os conhecimentos, valores e percursos pessoais, culturais linguísticos e sociais dos estudantes;
- Cooperar na identificação, acompanhamento e ensino de estudantes com necessidades educativas especiais;
- Usar de forma integrada saberes disciplinares, transversais e multidisciplinares adequados aos objectivos da disciplina e curso da formação de professores;
- Usar e ensinar a usar estratégias e técnicas diversificada e adequada a avaliação informal e formal de conhecimentos no diagnostico da avaliação formativa e na avaliação somativa nas aprendizagens de cada estudante.

4.3.3. Estrutura Curricular

Embora a Lei de Bases do Sistema da Educação determine que a Formação de Professores de todo o Ensino Secundário venha a ser feita pelo Ensino Superior, tudo indica que pelo menos a médio prazo, e no caso da Formação de Professores do 1º Ciclo do Ensino Secundário Pedagógico, a formação continue a ser feita pelas Escolas de magistérios.

Os planos de estudo contemplam quatro componentes de formação que visam assegurar uma formação teórico - prática sólida: a Formação Geral, a Formação Específica, a Formação Profissional e a Formação Facultativa.

As componentes: Formação Específica e particularmente a Profissional, foram reforçadas, procurando-se deste modo, preparar melhor os professores para o exercício da sua função, ao mesmo tempo, que se espera minimizar a situação actual em que uma percentagem significativa de professores não vão exercer essa profissão, utilizando a instituição de formação como trampolim para o mundo empresarial ou exercer funções noutros Ministérios.

A Formação de Professores 1º Ciclo do Ensino Secundário Pedagógico realiza-se após a 9ª classe do Ensino Geral ou equivalente, nas Escolas de Magistério com a duração de 4 anos (10ª, 11ª, 12ª e 13ª classes).

Para a concretização do Plano Curricular da Formação de Professores do 1º Ciclo do Ensino Secundário Pedagógico, os planos de estudo incorporam não só disciplinas que permitem a continuação dos estudos no ensino superior, mas também outras de mais variados conhecimentos práticos que facilitam o desenvolvimento com eficácia da actividade profissional do docente.

O Ensino Secundário Pedagógico – forma professores do 1º ciclo docentes para duas disciplinas com afinidades epistemológicas entre si, à excepção da Educação Física e Educação Visual e Plástica. A formação para duas disciplinas apresenta várias vantagens:

- › Vai ao encontro da perspectiva actual de dar aos docentes uma formação o mais abrangente possível, dada a complexidade e as mudanças rápidas do mundo actual;
- › Permite ao professor ajudar os alunos com mais dificuldades em duas áreas diferentes;
- › Facilita a articulação entre áreas científicas com afinidades entre si;
- › Permite que, em escolas do interior, com um número não elevado de alunos, haja professores para todas as disciplinas, com horário completo.

Relativamente à formação em Educação Física e em Educação Visual e Plástica, justifica-se pelas especificidades destas áreas.

As línguas estão separadas por se verificar neste nível a necessidade de maior concentração na formação profissional da respectiva Opção.

Outra característica dos planos de estudo foi a aglutinação das disciplinas em quatro grupos: formação geral, formação específica, formação profissional e ainda um novo grupo denominado de formação facultativa.

Os planos de estudo concebidos destinam-se à formação de professores de Português/ Educação Moral e Cívica, Inglês/Educação Moral e Cívica, Francês/Educação Moral e Cívica, Matemática/Física, Biologia/Química, História/Geografia, Educação Visual e Plástica e Educação Física.

Formação Geral

Tendo em conta a análise dos documentos já referidos, nomeadamente a Lei de Bases nº 17/16 do Sistema de Educação, concluiu-se que a duração dos cursos das Escolas de Magistério seria a mesma mudando apenas os níveis de acesso a essa instituição que passaria a ser a 9ª classe e não a 8ª classe como até agora. Este facto levou a que se concluísse que em princípio, os alunos candidatos aos Institutos de formação de professores do 1º ciclo do Ensino Secundário pedagógico teriam uma formação básica mais sólida do que anteriormente, o que levou a decidir que algumas disciplinas poderiam a partir de, aí ser encaradas de maneira diferente, de forma a dar ao futuro professor uma visão geral, mais global dos problemas prementes e candentes do mundo actual sob diferentes vertentes, como é o caso de disciplinas de História, Filosofia, Geografia, Física, Química, Biologia, despertando nele o autodidactismo e a disciplina de Empreendedorismo que permite ao futuro professor uma preparação especial para realização de actividades empreendedoras e ter capacidade de incentivar o Empreendedorismo no seio dos jovens.

Da Formação Geral faz ainda parte a disciplina de Informática que proporcionará ao professor, conhecimentos técnicos que lhe permitam usar o computador que é hoje um meio tecnológico essencial para grande parte das profissões, e nomeadamente para o professor.

A disciplina de Filosofia responde à necessidade de proporcionar, aos futuros professores, ainda que de um modo global e introdutório, as perspectivas mais actuais sobre problemas essenciais do homem, do mundo e do conhecimento. Esta bagagem, restrita pelo pouco tempo de que se dispõe para esta disciplina, é ainda necessária para que os futuros professores possam compreender os conceitos mais ligados à Filosofia da Educação que estarão subjacentes ao Desenvolvimento Curricular e à Formação Pessoal, Social e Deontológica.

Por outras palavras, a formação geral tem com objectivo dar ao futuro professor uma visão global científica como reforço da cultura geral que ele deve ter.

Esta formação geral tem um tronco comum (Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Matemática, Filosofia, Informática e Educação Física, Empreendedorismo e uma parte que varia de acordo com o curso a que se destina).

A disciplina de Matemática, integra conteúdos de estatística para todas as opções. Para a Opção de Educação Visual e Plástica a disciplina de Matemática integra também conteúdos de Geometria Descritiva.

Formação Específica

O grupo de Formação Específica integra disciplinas das Ciências da Educação que asseguram o fundamento científico-pedagógico para o exercício da actividade docente.

Este grupo inclui um tronco comum (Psicologia do Desenvolvimento e de Aprendizagem, Análise Sociológica da Educação e Administração e Gestão Escolar, Higiene e Saúde Escolar, Teoria da Educação e Desenvolvimento Curricular e Formação Pessoal, Social e Deontológica) e uma parte que varia de acordo com as opções definidas.

A disciplina de Psicologia integra a Psicologia do Desenvolvimento e de aprendizagem que permitirá a análise dos factores fundamentais de desenvolvimento e da aprendizagem, para que o futuro professor conheça minimamente a natureza fisiológica, psicológica, psíquica e social da criança e a disciplina de Necessidades Educativas Especiais capacitará o professor a identificar e trabalhar com crianças com a necessidade em atendimento e cuidados especiais, dando-lhe um tratamento diferenciado. Para isso é necessário que a disciplina da Prática, Seminário e Estágio Pedagógicos assuma também esse aspecto programando práticas em atendimento de alunos com necessidades em educação especial.

Análise Sociológica da Educação estuda essencialmente, sob o ponto de vista sociológico, os factores que interferem na escola e particularmente no processo de ensino/aprendizagem. Esta disciplina surge na 11ª classe com a Prática Pedagógica, uma vez que é uma disciplina que permite o levantamento de questões de natureza sociológica observadas, na Prática Pedagógica, podendo considerar-se como reforço para a compreensão de problemas concretos que possam ter surgido na turma.

A esta disciplina juntou-se o Módulo de Administração e Gestão Escolar que possibilita a compreensão dos factores de natureza legal, institucional e organizacional que contextualizam as práticas educativas na escola.

A extinção da disciplina de Pedagogia como tal deve-se ao facto de se terem transferido os seus conteúdos para outras disciplinas, por razões ligadas a perspectivas curriculares actualizadas, mais amplas do que as desenvolvidas na Didáctica Geral que integrava a Formação de Professores.

A disciplina de Teoria da Educação e Desenvolvimento Curricular é constituída por dois Módulos, o primeiro visa fornecer conhecimento ao nível das teorias e modelos pedagógicos que configuram o quadro educativo na actualidade, eliminando e fundamentando posições ao nível da Prática Pedagógica.

Finalmente o segundo módulo, de Desenvolvimento Curricular permite, por um lado

clarificar o conceito e os fundamentos do currículo escolar, relacionando-o com as opções societais e as decisões assumidas aos níveis político e administrativo. Por outro lado, esse módulo caracteriza o processo de desenvolvimento curricular, explicitando as operações de gestão do currículo na escola e na sala de aula, com referência às alternativas de decisão e de acção e respectivas incidências educativas.

A disciplina de Formação Pessoal, Social e Deontológica no currículo de Formação de Professores, visa fomentar ao futuro professor uma consciência reflexiva sobre si como pessoa, contribuindo para a construção progressiva de uma identidade profissional. Esta disciplina, nas opções de Língua e Educação Moral e Cívica faz parte da vertente da Formação profissional e, integra ainda conteúdos de Educação para os Direitos Humanos, Dinâmica de Grupos e Liderança.

Com o projecto que se propõe na 11ª classe, a disciplina de Formação Pessoal, Social e Deontológica visa a integração dos diferentes saberes nela, desenvolvidos com base num problema real a resolver, que privilegie uma das componentes, mas que contemple também, numa perspectiva transversal às outras componentes.

Formação Profissional

A vertente de Formação Profissional constam disciplinas que asseguram a formação profissional do candidato à docência e dá-lhe a formação específica para as respectivas opções.

Distingue-se a matéria que constitui objecto de ensino, e que consta da Formação Geral, das Metodologias específicas, que se enquadram na Formação Profissional, uma vez que a experiência nas instituições de Formação de Professores leva a inferir que, se não se atribuem horas a cada componente, os professores se preocupam muito mais com a Ciência do que com a respectiva Metodologia de ensino. Contudo, o mesmo professor encarregar-se-á das duas vertentes referidas, bem como da Prática Pedagógica e do Estágio, a fim de possibilitar a integração destas componentes do Plano Curricular.

A Formação Profissional compreende a (s) ciência (s) da Opção, as metodologias destas, as Práticas, Seminários e o Estágio Pedagógicos.

Na Opção de Educação Física, a disciplina de Metodologia de Educação Física integra o Módulo de Actividade Física Adaptada que será leccionada no primeiro trimestre da 13ª classe.

O programa da disciplina de Matemática da 10ª classe da Opção de Matemática/Física integra conteúdos de Estatística e de Geometria Descritiva.

O módulo de Metodologia de Ensino de Empreendedorismo será oferecido como seminário especializado facultativo para os estudantes finalistas de forma a tornarem-se potenciais candidatos a professores de Empreendedorismo.

Os tempos lectivos da disciplina de Prática, Seminários e Estágio Pedagógicos contemplam um Módulo de Avaliação Educacional, ministrado na 12ª classe e prática de ensino de Empreendedorismo na 13ª classe. Assim, o estudante estará melhor preparado a realização do estágio pedagógico que tem lugar na 13ª classe.

O professor da Opção é o mesmo da Metodologia de Ensino, da Prática Pedagógica e o que acompanha o Estágio e orienta os respectivos Seminários.

A Prática e Seminários Pedagógicos são a caracterização da parte teórica e pretende-se com esta etapa da formação como profissional, nomeadamente a formulação de objectivos, elaboração e gestão de planos de aula, realização da avaliação das aprendizagens, em conformidade com as características do meio envolvente da escola, da disciplina, da classe e da temática a ministrar. Estes elementos devem contemplar uma visão sistémica dos conteúdos a tratar, objectivos gerais respectivos e específicos que se pretendem atingir, pré-requisitos, selecção de métodos, meios e instrumentos de avaliação e ainda o tempo previsto das disciplinas da Opção e de Empreendedorismo.

A prática pedagógica contempla três fases diferentes, de observação, de colaboração e de responsabilização.

- 1.ª Fase** – Observação nas escolas do 1º Ciclo do Ensino Secundário Pedagógico, visando possibilitar os primeiros contactos com a realidade educativa, incluindo aulas, recreios e modos de funcionamento da instituição;
- 2.ª Fase** – Após o estudo dos programas e dos manuais, segue-se a fase de colaboração com o professor da classe em tarefas progressivamente mais complexas, sob a orientação do professor da respectiva disciplina.
- 3.ª Fase** – Preparação e realização de aulas sob orientação do professor da respectiva disciplina.

Na avaliação da Prática Pedagógica, nas fases 2 e 3, deve ser ouvido o professor dos alunos.

O Estágio Pedagógico dos alunos tem lugar nos últimos dois semestres, o período de plena responsabilização. O aluno estagiário trabalha com uma turma do 1º ciclo do ensino secundário. Receberá visitas sistemáticas de controlo quer dos Professores da escola, quer dos dois docentes dos respectivos institutos dessas disciplinas.

O aluno estagiário deve apresentar quinzenalmente um relatório das actividades realizadas, pois, isto permitirá determinar o nível do perfil que se pretende.

Como já foi acentuado, o aluno-mestre na sua actuação durante o estágio deve ser capaz de aplicar todos os conhecimentos assimilados na formação geral, específica e profissional.

Durante o estágio, a avaliação dos alunos será realizada pelos professores, responsáveis da disciplina e ouvidos os professores das turmas.

Os Seminários Pedagógicos estão ligados à Prática e Estágio Pedagógicos e servem para preparar, avaliar as aulas, identificando os problemas que nelas ocorreram, reflectir sobre o processo de ensino/aprendizagem, debater os problemas de carácter pedagógico, metodológico, científico e cultural, relacionados com problemas detectados.

Formação Facultativa

A vertente de Formação Facultativa é constituída por aquelas disciplinas que se consideram como desejáveis e necessárias para o perfil do futuro professor, mas que por condicionalismos vários do nosso País, levou com que se decidisse que o melhor seria incluí-las como facultativas sendo leccionadas onde as condições os permitissem, respeitando assim a autonomia e as próprias realidades de cada província ou região. Tais disciplinas poderão ser: Metodologias de Ensino de Empreendedorismo, Línguas Nacionais e Estrangeiras, Expressões Artísticas, Fotografia, Corte e Costura, Decoração, entre outras.

Inovações em relação ao plano de estudos vigente

Quanto ao leque de disciplinas para o plano de estudo conclui-se que seria basicamente o mesmo com algumas modificações.

Formação Geral

Introduziram-se para todos os cursos na formação geral:

- › A cadeira de Filosofia (noções gerais) que serve para ajudar a formar no futuro professor uma visão crítica sobre o mundo. A Informática foi introduzida como disciplina para formar professor atendendo o desenvolvimento das novas tecnologias, formação essa decorrente na óptica do utilizador. O Empreendedorismo é uma disciplina que contribui para a redução da pobreza através de formação de jovens empreendedores bem esclarecidos;
- › Diversificou-se parte da formação geral, de acordo com as necessidades dos diferentes cursos

2. Formação Específica

Nesta vertente da Formação, as alterações mais significativas dizem respeito à substituição da Pedagogia por uma disciplina, com dois módulos: Teoria da Educação e Desenvolvimento Curricular.

A Sociologia foi substituída por Análise Sociológica da Educação a que se juntou um módulo de Administração e Gestão Escolar. Introduziu-se ainda a Formação Pessoal, Social e Deontológica.

A disciplina de Psicologia integra as áreas de Psicologia do Desenvolvimento e Psicologia das Aprendizagens. Nesta área de formação introduziu-se a disciplina de Necessidades Educativas Especiais.

3. Formação Profissional

A mudança mais importante nesta vertente é a da separação da Ciência da Opção da respectiva Metodologia.

Organização de Prática de Ensino de Empreendedorismo na disciplina de Práticas, Seminários e Estágio Pedagógicos de forma opcional para os estudantes finalistas que mostrarem interesse em leccionar a disciplina. Estes, poderão assegurar a docência da disciplina de Empreendedorismo nas escolas do 1º Ciclo do Ensino Secundário. Para o efeito, foi concebido um Módulo de Metodologias de Ensino de Empreendedorismo que será leccionado através de seminários especializados, nos tempos previstos na componente da Formação Facultativa.

4. Formação Facultativa

Esta área de formação é considerada como uma inovação comparativamente aos planos de estudo anteriores.

1. PLANO DE ESTUDO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO 1º CICLO DO ENSINO SECUNDÁRIO

Especialidade: Português/Educação Moral e Cívica

Disciplinas	Horário semanal				
	10ª Classe	11ª Classe	12ª Classe	13ª Classe	Total de horas lectivas (curso)
Formação Geral	17	8	6		28
Francês	3	2			185
Inglês	3	2			185
Filosofia			2		74
História	3				111
Matemática	2				74
Informática	2				74
Educação Física	2	2	2		222
Empreendedorismo	2	2	2		222
Formação Específica	4	6	4		16
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	4				148
Necessidades Educativas Especiais	2				74
Análise Sociológica da Educação e Administração e Gestão Escolar		3			111
Teoria da Educação e Desenvolvimento Curricular		3			111
Higiene e Saúde Escolar			2		74
Ética			2		74

Formação Profissional	11	17	19	26	73
Português	6	6	6	3	666
Formação Pessoal, Social e Deontológica	3	3	3	3	444
Literatura	2	2			148
Metodologia de Ensino do Português		3	3	3	278
Metodologia de Ensino da Educação Moral e Cívica		a)	3	3	278
Prática, Seminários e Estágios Pedagógicos		3	4	12	703
Formação Facultativa				2*	2
N.º Total de Horas/ Semana	32	31	29	26	118
N.º de Disciplinas/ Semana	11	11	10	6	38
Horas Lectivas / Anual / Curso	960	930	870	780	3540

a) Semana A – Metodologia de Ensino do Português
 Semana B – Metodologia de Ensino de E.M.C.

* Metodologias de Ensino de Empreendedorismo

2. PLANO DE ESTUDO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO 1º CICLO DO ENSINO SECUNDÁRIO

Especialidade: Francês/Educação Moral e Cívica

Disciplinas	Horário semanal				
	10ª Classe	11ª Classe	12ª Classe	13ª Classe	Total de horas lectivas (curso)
Formação Geral	17	8	6		29
Língua Portuguesa	3	2			185
Inglês	3	2			185
Filosofia			2		74
História	3				111
Matemática	2				74
Informática	2				74
Educação Física	2	2	2		222
Empreendedorismo	2	2	2		222
Formação Específica	4	6	4		14
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	4				148
Necessidades Educativas Especiais	2				74
Análise Sociológica da Educação e Administração e Gestão Escolar		3			111
Teoria da Educação e Desenvolvimento Curricular		3			111
Higiene e Saúde Escolar			2		74
Ética			2		74

Formação Profissional	9	15	19	26	69
Francês	6	6	6	3	777
Formação Pessoal, Social e Deontológica	3	3	3	3	444
Metodologia de Ensino do Francês		3	3	3	278
Metodologia de Ensino da Educação Moral e Cívica		a)	3	3	278
Prática, Seminários e Estágios Pedagógicos		3	4	12	703
Formação Facultativa				2*	2
N.º Total de Horas/ Semana	30	29	29	26	114
N.º de Disciplinas/ Semana	10	10	10	6	36
Horas Lectivas / Anual / Curso	900	870	870	780	3420

a) Semana A – Metodologia de Ensino do Francês

Semana B – Metodologia de Ensino de E.M.C.

* Metodologias de Ensino de Empreendedorismo

3 - PLANO DE ESTUDO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO 1º CICLO DO ENSINO SECUNDÁRIO

Especialidade: Inglês/Educação Moral e Cívica

Disciplinas	Horário semanal				
	10ª Classe	11ª Classe	12ª Classe	13ª Classe	Total de horas lectivas (curso)
Formação Geral	17	8	6		29
Língua Portuguesa	3	2			185
Francês	3	2			185
Filosofia			2		74
História	3				111

Matemática	2				74
Informática	2				74
Educação Física	2	2	2		222
Empreendedorismo	2	2	2		222
Formação Específica	4	6	4		14
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	4				148
Necessidades Educativas Especiais	2				74
Análise Sociológica da Educação e Administração e Gestão Escolar		3			111
Teoria da Educação e Desenvolvimento Curricular		3			111
Higiene e Saúde Escolar			2		74
Ética			2		74
Formação Profissional	9	15	19	26	69
Inglês	6	6	6	3	777
Formação Pessoal, Social e Deontológica	3	3	3	3	444
Metodologia de Ensino do Inglês		3 a)	3	3	278
Metodologia de Ensino da Educação Moral e Cívica			3	3	277
Prática, Seminários e Estágios Pedagógicos		3	4	12	703
Formação Facultativa				2*	2
N.º Total de Horas/ Semana	30	29	29	26	113
N.º de Disciplinas/ Semana	10	10	10	6	36
Horas Lectivas / Anual / Curso	900	870	870	780	3420

a) Semana A – Metodologia de Ensino do Inglês

Semana B – Metodologia de Ensino de E.M.C.

* Metodologias de Ensino de Empreendedorismo

4 - PLANO DE ESTUDO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO 1º CICLO DO ENSINO SECUNDÁRIO

Especialidade: Matemática e Física

Disciplinas	Horário semanal				
	10ª Classe	11ª Classe	12ª Classe	13ª Classe	Total de horas lectivas (curso)
Formação Geral	12	6	6		24
Português	3	2			185
Francês/Inglês	3				111
Filosofia			2		74
Informática	2				74
Educação Física	2	2	2		222
Empreendedorismo	2	2	2		222
Formação Específica	4	9	2		15
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	4				148
Necessidades Educativas Especiais	2				74
Análise Sociológica da Educação e Administração e Gestão Escolar		3			111
Teoria da Educação e Desenvolvimento Curricular		3			111
Formação Pessoal, Social e Deontológica		3			111
Higiene e Saúde Escolar			2		74

Formação Profissional	13	16	20	26	75
Física	5	5	5	3	666
Matemática	8	5	5	3	777
Metodologia de Ensino da Matemática		3 a)	3	3	278
Metodologia de Ensino da Física			3	3	277
Prática, Seminários e Estágio Pedagógicos		2	4	12	703
Formação Facultativa				2*	2
N.º Total de Horas/ Semana	29	31	28	26	114
N.º de Disciplinas/ Semana	8	10	10	6	34
Horas Lectivas / Anual / Curso	870	930	840	780	3420

a) Semana A – Metodologia de Ensino da Física

Semana B – Metodologia de Ensino da Matemática

* Metodologias de Ensino de Empreendedorismo

5 - PLANO DE ESTUDO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO 1º CICLO DO ENSINO SECUNDÁRIO

Especialidade: História e Geografia

Disciplinas	Horário semanal				
	10ª Classe	11ª Classe	12ª Classe	13ª Classe	Total de horas lectivas (curso)
Formação Geral	14	6	6		26
Português	3	2			185
Francês/Inglês	3				111
Filosofia			2		74
Matemática	2				74

Informática	2				74
Educação Física	2	2	2		222
Empreendedorismo	2	2	2		222
Formação Específica	4	9	2		
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	4				148
Necessidades Educativas Especiais	2				74
Análise Sociológica da Educação e Administração e Gestão Escolar		3			111
Teoria da Educação e Desenvolvimento Curricular		3			111
Formação Pessoal, Social e Deontológica		3			111
Higiene e Saúde Escolar			2		74
Formação Profissional	10	16	20	26	82
História	5	5	5	3	666
Geografia	5	5	5	3	666
Metodologia de Ensino de História		3 a)	3	3	278
Metodologia de Ensino de Geografia			3	3	277
Prática, Seminários e Estágios Pedagógicos		3	4	12	703
Formação Facultativa				2*	2
N.º Total de Horas/ Semana	28	31	28	26	113
N.º de Disciplinas/ Semana	9	10	9	6	34
Horas Lectivas / Anual / Curso	840	930	840	780	3390

a) Semana A – Metodologia de Ensino da História
 Semana B – Metodologia de Ensino da Geografia

* Metodologias de Ensino de Empreendedorismo

6- PLANO DE ESTUDO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO 1º CICLO DO ENSINO SECUNDÁRIO

Especialidade: Biologia e Química

Disciplinas	Horário semanal				
	10ª Classe	11ª Classe	12ª Classe	13ª Classe	Total de horas lectivas (curso)
Formação Geral	14	6	6		26
Português	3	2			185
Francês/Inglês	3				111
Filosofia			2		74
Matemática	2				74
Informática	2				74
Educação Física	2	2	2		222
Empreendedorismo	2	2	2		222
Formação Específica	6	9	2		15
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	4				148
Necessidades Educativas Especiais	2				74
Análise Sociológica da Educação e Administração e Gestão Escolar		3			111
Teoria da Educação e Desenvolvimento Curricular		3			111
Formação Pessoal, Social e Deontológica		3			111
Higiene e Saúde Escolar			2		74

Formação Profissional	10	16	20	26	82
Química	5	5	5	3	666
Biologia	5	5	5	3	666
Metodologia de Ensino de Química		3 a)	3	3	278
Metodologia de Ensino de Biologia			3	3	277
Prática, Seminários e Estágios Pedagógicos		3	4	12	703
Formação Facultativa				2*	2
N.º Total de Horas/ Semana	30	31	28	26	115
N.º de Disciplinas/ Semana	9	10	9	6	34
Horas Lectivas / Anual / Curso	900	930	840	780	3450

a) Semana A – Metodologia de Ensino de Química

Semana B – Metodologia de Ensino da Biologia

* Metodologias de Ensino de Empreendedorismo

7- PLANO DE ESTUDO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO 1º CICLO DO ENSINO SECUNDÁRIO

Especialidade: Educação Visual e Plástica

Disciplinas	Horário semanal				
	10ª Classe	11ª Classe	12ª Classe	13ª Classe	Total de horas lectivas (curso)
Formação Geral	17	6	6		29
Língua Portuguesa	3	2			185
Francês/Inglês	3				111
Filosofia			2		74

Matemática	3				148
Química	2				74
Educação Física	2	2	2		222
Informática	2				74
Empreendedorismo	2	2	2		222
Formação Específica	4	12	6		22
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	4				148
Necessidades Educativas Especiais	2				74
Análise Sociológica da Educação e Administração e Gestão Escolar		3			111
Teoria da Educação e Desenvolvimento Curricular		3			111
Formação Pessoal, Social e Deontológica		3			111
Higiene e saúde escolar			2		74
Estética			2		74
Antropologia Cultural			2		74
História das Artes Visuais		3			111
Formação Profissional	9	13	16	22	60
Teoria e Prática do Design	3				111
Atelier	2	2	2		222
Processos Tecnológicos			2		74
Desenho	4	4	5	5	666
Metodologia de Expressão Plástica e da Educação Visual		2	3	3	296

Prática, Seminários e Estágios Pedagógicos		3	4	12	703
Formação Facultativa				2*	2
N.º Total de Horas/ Semana	30	31	28	22	111
N.º de Disciplinas/ Semana	11	12	11	4	38
Horas Lectivas / Anual / Curso	900	930	840	660	3330

* Metodologias de Ensino de Empreendedorismo

8 - PLANO DE ESTUDO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO 1º CICLO DO ENSINO SECUNDÁRIO

Especialidade: Educação Física

Disciplinas	Horário semanal				
	10ª Classe	11ª Classe	12ª Classe	13ª Classe	Total de horas lectivas (curso)
Formação Geral	14	4	6		24
Língua Portuguesa	3	2			185
Francês/Inglês	3				111
Matemática	2				74
Física	2				74
Química	2				74
Filosofia			2		74
Informática			2		74
Empreendedorismo	2	2	2		222
Formação Específica	8	13	6		27
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	2				74

Necessidades Educativas Especiais	2				74
Análise Sociológica da Educação e Administração e Gestão Escolar		3			111
Teoria da Educação e Desenvolvimento Curricular		3			111
Formação Pessoal, Social e Deontológica		3			111
Anatomia Funcional, Higiene e Primeiros Socorros	4				148
Fisiologia Geral e do Esforço		2	2		148
História de Educação Física			2		74
Sociologia do Desporto			2		74
Psicologia do Desporto		2			74
Formação Profissional	11	12	16	27	66
Teoria e Prática de Educação Física	Atletismo	3	3		222
	Ginástica	3	3		222
	Voleibol			3	222
	Basquetebol		3	3	222
	Andebol	3			111
	Futebol			3	111
	Natação			3	222
Metodologia da educação Física		3	3	4	278
Prática, Seminários e Estágios Pedagógicos		a)	4	12	648
Formação Facultativa	2			2*	4
N.º Total de Horas/ Semana	33	29	28	27	117
N.º de Disciplinas/ Semana	12	11	11	6	40
Horas Lectivas / Anual / Curso	990	870	840	810	3510

a) Semana A – Metodologia de Educação Física

Semana B – Prática Pedagógica

* Metodologias de Ensino de Empreendedorismo

5. Estratégias Gerais de Organização e de Gestão de Processos de Ensino e de Aprendizagem

5.1. Estratégias de Ensino

Entende-se que é necessário criar situações de aprendizagem organizadas para desenvolver competências, habilidades, atitudes e valores (CHAVE) a partir de um currículo transformador, inclusivo, democrático e integrador que valorize uma ampla rede de saberes.

Ao pensar em propostas que contemplem o desenvolvimento de CHAVE, torna-se necessário traçar estratégias metodológicas voltadas para o estudo das diferentes trajetórias programadas e vivenciadas pelos alunos, a fim de orientar o processo de ensino e de aprendizagem em função de objetivos ou fins educativos.

As CHAVES podem ser alcançadas através de projectos e resolução de problemas, tarefas complexas e desafios que incitem os alunos a mobilizar seus conhecimentos e, em certa medida, completá-los, sendo a mesma orientada pelo professor através de métodos adequados, que encaminham as aprendizagens dos alunos.

A aula é um conjunto dos meios e condições através dos quais o professor dirige e estimula o processo de ensino em função da actividade própria do aluno no processo da aprendizagem escolar. Exige do professor competências que têm por finalidade garantir a aprendizagem dos alunos de forma integral. Nesta perspectiva, para operacionalizar as componentes da aula, o professor deve cumprir com a estrutura didáctica desta (Objectivos, Conteúdos, Métodos, Meios de Ensino e Avaliação). Sendo assim, a selecção do método depende da compatibilidade com desenvolvimento das CHAVES e dos paradigmas socioculturais (existencial, dialéctica social, simbiosinérgico) e educacionais (racional, tecnológico, humanista, sociointeracionista) adoptados.

5.2. Estratégias de avaliação

A proposta da Revisão Curricular no novo paradigma propõe uma avaliação mais progressista, que é diagnóstica, contínua, dinâmica, colectiva, reflexiva e dialógica, com o foco no aluno, no professor e no processo de ensino e de aprendizagem, sendo que, com a orientação do professor, ambos possam redireccionar acções e prioridades de ensino para alcançarem as metas curriculares ansiadas. Isso significa assegurar a participação do aluno na sua própria aprendizagem. A partir daí, os professores

precisam reflectir sobre sua prática e buscar formas de solucionar problemas de aprendizagem ainda durante o processo e não apenas no final da unidade/tema ou fim do ano lectivo.

O processo avaliativo exige que se definam as metas curriculares para que sejam estabelecidos os critérios e indicadores, e sejam escolhidos os procedimentos, incluindo aqueles referentes à recolha de dados, utilizando vários instrumentos avaliativos durante a aula. O referido método descreve quais os conhecimentos, atitudes ou aptidões que os educandos adquiriram, ou seja, quais as habilidades do ensino que já atingiram num determinado momento do percurso e quais as dificuldades que estão a revelar relativamente a outros. Nessa perspectiva, a avaliação torna-se o meio nesse processo e não o fim, entendendo que é através dela que o educando toma consciência de seu desenvolvimento intelectual, social e afectivo, e ao professor é dada a oportunidade de uma análise reflexiva dos avanços e dificuldades do aluno, permitindo rever e redefinir a sua prática pedagógica.

Para que este acto pedagógico seja prazeroso, é necessária a inclusão da teoria da aprendizagem que leva o aluno a construir o seu próprio conhecimento. As teorias que interferem na nossa prática pedagógica são o (I) Comportamentalismo (ou Behaviorismo) e (II) Construtivismos. É de lembrar que a teoria comportamentalista consubstancia-se na avaliação do comportamento do aluno, ou seja, a avaliação nesta teoria está intimamente ligada à avaliação dos resultados e não dos processos e isso pode influenciar negativamente na qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Ao contrário, no construtivismo, estes resultados interagem no processo permanente de construção de conhecimentos. Por outras palavras, a avaliação deve estar vinculada ao que o professor considera como conhecimento válido, útil e desejável ao processo de construção do mesmo. A perspectiva actual é a de perceber o educando como construtor dos seus saberes, enquanto o professor assume o papel de mediador e orientador desse processo, também aprendendo. Essa modalidade tendencialmente produz aulas mais favoráveis à aprendizagem, e imprime também um novo desenho ao processo de ensino, exigindo uma redefinição das acções relacionadas com o ensinar e com o aprender.

Com esta abordagem, procura-se legitimar pedagogias e didácticas inclusivas, gerando, deste modo, não só novas práticas de ensino, mas também da avaliação. Isto pressupõe a organização e a realização de actividades escolares mais dinâmicas, interactivas, criativas, inovadoras e motivacionais, envolvendo todos os alunos na potenciação de resultados satisfatórios da relação entre o ensino e a aprendizagem. Esta abordagem

sociointeracionista do ponto de vista prático é vista como actividade cooperativa, baseada no diálogo entre o professor e o aluno. Implica que a prática da avaliação pressupõe a relação entre professor, conhecimento e sujeito do conhecimento.

5.3. Estratégias de aprendizagem

Como afirmam Nisbet e Shucksmith (1996), Schumek (1988) e Nisbet (1991), a estratégia é considerada como um guia das acções a seguir e que é, obviamente, anterior à eleição de qualquer outro procedimento para actuar.

As actividades que se propõem serão encaminhadas para assegurarem a correcta aplicação desse procedimento. Esta forma de aprender através da tomada de consciência de decisões facilita a aprendizagem significativa (Ausubel, 1963), pois permite que os alunos estabeleçam relações significativas entre o que sabem (os próprios conhecimentos) e a nova informação (os objectivos e as características da tarefa que devem realizar). Desta maneira, os alunos decidem, de forma menos aleatória, quais são os procedimentos mais adequados para realizar a referida actividade. Deste modo, o aluno não só aprende como utilizar determinados procedimentos, mas quando e porque pode utilizá-los e em que medida favorece o processo de resolução da tarefa.

A existência de conhecimentos declarativos e de conhecimentos processuais é condição necessária, mas não suficientes para que se possa falar de actuação estratégicas.

Partindo das considerações anteriores, podemos operacionalizar o termo estratégias de aprendizagem como um processo de tomada de decisão (consciente e intencional) através das quais o aluno escolhe e recupera de maneira organizada os conhecimentos de que necessita para completar um determinado objectivo.

Dentro desta perspectiva, as categorias processuais apresentam uma ordenação das estratégias de aprendizagem, tidas como Tipo de aprendizagem: (I) por associação, utilizando estratégias de aprendizagem por Verificação; e (II) por reestruturação, tendo como estratégia de aprendizagem a Elaboração e a Organização. Para cada estratégia de aprendizagem, é necessário definir finalidades ou objectivos e as habilidades.

A aprendizagem compreende vários aspectos da vida do aluno, tais como o processo cognitivo, as emoções, o meio social, a família e as práticas pedagógicas, sendo o envolvimento da família e o papel do professor factores de bom desempenho escolar.

6. Caracterização Geral dos Programas

Os programas escolares constituem o componente fundamental dum currículo. Eles são desenvolvidos tendo em conta quer as condições da comunidade escolar no sentido restrito, quer da comunidade envolvente, para preverem o sucesso escolar educativo.

No país, estes aspectos tornam-se relevantes tanto pela diversidade cultural e das condições em que funcionam as escolas (recursos materiais e humanos – nível de formação de professores e de desenvolvimento dos alunos), como pela necessidade imperiosa de diminuir as altas taxas de insucesso escolar e promover o sucesso educativo, tão necessário para o desenvolvimento do país.

Elementos do programa

Os programas das disciplinas estruturam-se de seguinte forma: (I) apresentação, (II) introdução à disciplina no ciclo ou curso; (III) objectivos gerais da disciplina no ciclo/nível/curso; (IV) objectivos gerais da disciplina na classe; (V) plano temático (temas por trimestre com respectiva carga horária, horas lectivas para aulas, de reserva e para a avaliação); (VI) quadro sinóptico (tema, subtema, objectivos gerais do subtema, objectivos específicos, aulas teóricas, teórico-práticas e práticas); (VII) estratégias gerais de ensino-aprendizagem; (VIII) avaliação ao serviço da aprendizagem; e (IX) referências bibliográficas).

Esta estrutura é flexível tendo em conta as especificidades de algumas disciplinas.

Esta forma de organização pensa-se ser a adequada para facilitar ao professor, a compreensão da complexidade e da administração dos saberes, constantes do programa da disciplina.

A **apresentação** consiste na elaboração de um texto onde se destaca a importância e a pertinência da disciplina no currículo escolar, assim como a organização do programa da disciplina.

A **introdução geral da disciplina** permite compreender que, embora qualquer área do conhecimento possa ser importante por si mesma, a sua introdução no programa escolar tem a ver com o papel que ela desempenha na consecução dos objectivos do referido nível de ensino, o que tem a ver com a cultura herdada, com a sociedade em que se está e com a que se pretende construir.

Os **objectivos gerais da disciplina no Ciclo/Nível/Curso** explicitam o que se espera dos alunos no final da sua formação. Eles devem ser definidos de forma clara e objectiva para que haja correspondência com o perfil de saída.

Os **objectivos gerais da disciplina na classe** são definidos a partir dos objectivos gerais da disciplina no Ciclo/Nível/Curso. Torna-se relevante esclarecer que os objectivos específicos dos conteúdos definidos no quadro sinóptico são derivados dos objectivos gerais de cada tema.

O **plano temático** consiste na distribuição dos conteúdos programáticos por trimestre, as respectivas cargas horárias lectivas, horas lectivas para a avaliação sumativa e de reserva.

O **Quadro sinóptico** consiste na organização dos conteúdos programáticos à volta de temas que se subdividem em subtemas. Pois, é uma maneira de sequencializar os conteúdos dum modo lógico e coerente, facilitando ao professor e aos alunos a compreensão da articulação entre os conteúdos sistematizados.

A **identificação de conteúdos** básicos e essenciais chama a atenção do professor para os (factos, conceitos, princípios, leis, procedimentos, valores, atitudes e ética) que, por serem essenciais para a aquisição de novas aprendizagens, serão obrigatórios abordá-los, não podendo deixar de serem trabalhados com todos os alunos, de modo a que na generalidade atinja os objectivos correspondentes a um bom nível de consecução. Os conteúdos são criteriosamente seleccionados e hierarquizados a partir dos objectivos específicos derivados dos objectivos gerais de cada tema. Assim sendo, os objectivos específicos são organizados respeitando o princípio da progressão e os níveis cognitivos de aprendizagem – taxonomia de Bloom.

O **tempo previsto** para cada subtema tem a ver com a importância e a complexidade dos conteúdos e ajuda o professor a elaborar a planificação geral, no sentido de cumprir, pelo menos, os conteúdos básicos e essenciais de modo que os alunos os assimilem.

As **estratégias gerais de ensino-aprendizagem** são seleccionadas de acordo com a maturidade e interesse dos alunos, de modo a que as actividades propostas:

- › Proporcionem o cumprimento dos objectivos previstos;
- › Contribuam para uma aprendizagem significativa;
- › Respondam aos interesses e necessidades do sujeito;
- › Propiciem um desenvolvimento em sequência;

- › Sejam diversificadas;
- › Promovam a aprendizagem integradora, inclusiva e significativa.

Para as aulas são sugeridas metodologias participativas para a aprendizagem activa considerando o aluno como o centro do processo de ensino-aprendizagem.

As metodologias irão determinar o tipo de aula a planificar: (I) teórica, (II) teórico-prática ou (III) prática.

As metodologias participativas para a aprendizagem activa sugerem a preparação de aulas com actividades teórico-práticas, fazendo com que o aluno seja também protagonista no processo de ensino-aprendizagem.

Deste modo, as estratégias gerais propostas no programa são materializadas pelo professor em cada turma, segundo a situação concreta (o contexto) da realização da aula.

A **avaliação ao serviço da aprendizagem** destina-se a propor o modo como se pode avaliar as aprendizagens (diagnóstica, formativa e sumativa) dos alunos, observando as especificidades de cada disciplina, tendo como referência a avaliação para a aprendizagem. Assim sendo, o novo paradigma que se pretende implementar sugere aulas que promovam a aprendizagem activa. Neste contexto, as actividades avaliativas são realizadas com maior incidência na avaliação dos processos.

7. Tratamento Metodológico de um Tema

A Aula é uma das formas organizativas do processo Educativo, que tem como objectivos a aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades e a formação de valores e interesses cognoscitivos e profissionais no aluno, mediante a realização de actividades de carácter essencialmente académico, a aplicação dos princípios didácticos e a utilização dos métodos e meios de ensino. É a Forma organizativa mediante a qual o professor, no decurso de um período de tempo rigorosamente estabelecido e num lugar condicionado para este fim, dirige a actividade cognoscitiva de um grupo constante de alunos, tendo em conta as particularidades de cada um deles, utilizando os diferentes tipos, meios e métodos de trabalho que criam condições propícias para que todos os alunos dominem os fundamentos da matéria directamente durante o processo de ensino-aprendizagem, assim como para a educação e desenvolvimento

das capacidades cognoscitivas dos alunos. A. A Budarni, 1985.

Para tal, é necessário elaborar um plano de aula que resuma a preparação metodológica do professor e que este o utilize no desenvolvimento das aulas para dirigir a actividade cognoscitiva e prática dos alunos.

O plano deve conter aspectos essenciais da aula (procedimentos na introdução, no desenvolvimento e na conclusão), o modo de utilizar os meios, as perguntas de controlo e a comprovação.

Estrutura Geral de uma aula

Para Taba (1962), numa sequência organizada de actividades de ensino- aprendizagem, seja num programa, seja num tema didáctico ou aula, podem distinguir-se três fases principais servindo propósitos diferentes, que são:

1. Introdução

Asseguramento do nível de partida (correção da tarefa, ou retomando os aspectos fundamentais da aula anterior; diagnóstico dos pré-requisitos) ou avaliação inicial quanto à **orientação do assunto ou problema a estudar** (orientação aos objectivos da aula).

2. Desenvolvimento

Tratamento do (novo) conteúdo (execução dos Procedimentos metodológicos avaliativos, preferencialmente participativos).

Retroalimentação e reorientação

Generalização (estabelecer as relações necessárias intra e interdisciplinares contribuindo para a solidez na assimilação e ampliação do conhecimento científico).

Avaliação processual (limites possibilidades e registos)

3. Conclusões:

- › Resumo das aprendizagens;
- › Consolidação das aprendizagens;
- › Avaliação final;
- › Orientação da tarefa;
- › Vínculo com a próxima aula.

4. Preparação metodológica

A preparação metodológica é um conjunto de tarefas científico-pedagógicas (planificação e preparação) que antecedem a execução de uma aula, contribuindo assim, para a auto-preparação do professor.

A Planificação e Gestão das aulas é a acção de organizar-se ou organizar algo de acordo com um plano. Implica ter um ou vários objectivos a cumprir, juntamente com as acções requeridas para que esses objectivos possam ser alcançados.

- › Antecedentes;
- › Actividades do professor e do aluno;
- › Métodos;
- › Meios de ensino,
- › Actividades avaliativas;
- › Consolidação;
- › Tarefa para casa.

A etapa do processo de planificação do ensino compete exclusivamente ao professor.

A preparação da aula é fundamental para o trabalho do professor porque, através dela, manifesta-se a preparação metodológica psicológica e científico-pedagógica do professor.

5. Materiais necessários para o processo de planificação de aulas

Os materiais de apoio, os meios de ensino ou o material didáctico são elementos essenciais para a concretização e a consolidação dos conhecimentos ministrados na aula. É necessário que sejam preparados com antecedência e que constem da planificação do plano de aula o programa, o manual e o guia do professor, por isso torna-se necessário que os professores conheçam com profundidade cada um desses materiais e que os utilizem como peças indispensáveis para o seu sucesso e o dos alunos no processo de ensino-aprendizagem.

6. Tarefas da preparação metodológicas

- a) Caracterização do tema;

- b) Operacionalização dos objectivos;
- c) Planificação do Tema;
- d) Tratamento metodológico de aulas;
- e) Planificação de aulas do tema.

6.1. Caracterização geral do tema

- › A importância do tema;
- › Conhecimentos, habilidades e atitudes antecedentes do tema;
- › Vínculo com as outras disciplinas;
- › Horas de aulas;
- › Actividades experimentais/práticas.

6.2. Operacionalização dos objectivos

Objectivo gerais do tema: <i>Os alimentos e a manutenção da vida</i>	Objectivos das Aulas
› Compreender a importância dos alimentos na manutenção da vida; › Conhecer as diferentes funções dos alimentos para o crescimento e a manutenção do corpo; › Compreender a importância de uma alimentação equilibrada na vida do homem; › Analisar as causas que estão na base dos erros alimentares.	› Distinguir os nutrientes contidos nos alimentos que permitem a manutenção do corpo; › Reconhecer os principais componentes presentes no corpo humano; › Definir o conceito de alimento › Classificar os nutrientes - Orgânicos - Inorgânicos › Diferenciar alimento de nutriente; › Caracterizar as diferentes funções que os nutrientes têm no organismo;

	› Identificar os nutrientes existentes nos vários tipos de nutrientes através de reacções químicas simples; › Seleccionar os alimentos essenciais para uma alimentação equilibrada; › Representar graficamente as necessidades diárias médias de nutrientes para a alimentação de um adolescente; › Exemplificar factores que estão na base da importância da variação diária de nutrientes; › Distinguir as causas que provocam erros alimentares; › Verificar as consequências da má alimentação no homem; › Reconhecer a importância da utilização de regras de higiene alimentar; › Especificar os processos de conservação dos alimentos.
--	---

6.3. Planificação do Tema

Aula	Data	Semana	Tipo de Aula	Objectivos	Sumário	Tratamento metodológico das aulas do tema
1	5/2	1	Tratamento da nova matéria	• Distinguir as substâncias básicas contidas nos alimentos que permitem a manutenção do corpo. • Reconhecer os principais componentes presentes no corpo humano.	• Necessidade dos alimentos. • Componentes presentes no corpo humano.	Aula n.º 1 • Sumário • Objectivos específicos • Conhecimentos antecedentes • Tipo de aula • Conteúdo • Metodologia • Acções avaliativas

6.4. Planificação de Aulas

A planificação de aulas é um projecto de actividades que o professor e os alunos devem realizar em conjunto durante um período de tempo determinado.

O plano é um instrumento diário do professor que tem como finalidade evitar a improvisação e funciona como base de orientação na condução do processo de ensino-aprendizagem dentro espaços educativos.

O plano não é um documento de cumprimento rígido, mas um guião de trabalho para o professor que se adaptará às circunstâncias e características da turma. O plano de aulas, ao reflectir a boa preparação do professor, permite evitar equívocos e mecanicismo.

6.4.1. Exemplo de um plano de aula

Disciplina: Biologia

Classe: 8.^a

Duração: 45 min

Objectivos Gerais do tema:

- › Compreender a importância dos alimentos para o crescimento e a manutenção do organismo dos seres vivos.

Subtema: Necessidades alimentares

Objectivos específicos:

- › Definir o conceito de alimento
- › Diferenciar alimento de nutriente
- › Classificar os nutrientes:
 - Orgânicos
 - Inorgânicos

Sumário:

- › Noção de alimento;
- › Diferença entre alimento e nutriente;
- › Classificação dos compostos orgânicos e inorgânicos;

Antecedentes:

- › Conceito de alimento;
- › Conceito de nutrientes;
- › Exemplos de nutrientes orgânicos;
- › Exemplos de nutrientes inorgânicos.

Métodos de ensino:

- › Elaboração conjunta;
- › Explicação.

Procedimentos metodológicos:

- › Perguntas orais;
- › Debates observação;
- › Chuvas de ideias.

Recursos pedagógicos:

- › Jornais, revistas;
- › Alimentos naturais.

Introdução:

- › ANP (asseguramento ao nível de partida);
- › OAO (orientação aos objectivos).

Desenvolvimento:

- › Realização de actividades pelos estudantes dependendo do tipo de aula.

Conclusão:

- › Generalização, comprovação dos objectivos, tarefa.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANTES, Paulo et al. (2002). Avaliação das aprendizagens - das concepções às práticas. Lisboa: Ministério da Educação-Departamento da Educação Básica.
- Assembleia Nacional da República de Angola. (2001). Lei de Bases do Sistema de Educação, Lei n.º 13/01, Luanda: Assembleia Nacional.
- Assembleia Nacional da República de Angola. (2017). Lei de Bases do Sistema de Educação em Angola Lei n.º 17/16.
- CASTANHO, M. E. CASTANHO; S. E. M. (1996). Didática: o Ensino e suas Relações. Campinas, SP: Papirus.
- CATELA, M. E. & Vasconcelos, M. L. (1979). Guia de avaliação do rendimento escolar. Lisboa: Didáctica Editora.
- COLL, C. et al. (1997). O construtivismo na sala de aula. 2.ª ed. São Paulo: Ática.
- CORREIA, A. (1973). Metodologia para Elaboração e Revisão de Currículos, MEC. (4.ª ed). Rio de Janeiro: Coleção Mobral.
- DA CRUZ LIMA, M. (2000). Relatório final da assistência técnica ao INIDE no domínio do Desenvolvimento Curricular – 1.º Projecto de Educação, Luanda: MED.
- FERMIN, M. (1971). La Evaluación, los exámenes y las calificaciones. Buenos Aires: Editorial Kapelusz.
- FERNANDES, D. (1992). O tempo da avaliação. in «NOESIS – A Educação revista», n.º 23. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- HAYDI, R. C. (1994). A Avaliação do Processo do Ensino Aprendizagem. São Paulo: Editora Ática.
- Lei de Bases do Sistema de Educação em Angola Lei n.º 17/16.
- LIBÂNEO, J. C. (2004). A didática e a aprendizagem do pensar e do aprender: a teoria histórico-cultural da actividade e a contribuição de Vasily Davíдов. in: Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro.
- LIMA, S. E. C. (1992) Desenvolvimento e Aprendizagem; Actividade da Criança na Idade Pré-Escolar. Publicação: Série Ideias, n.º 10; FDG (17-23) São Paulo.
- LUCKESI, C. C. (2002). Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez.
- MARTINS, M. A. et al. (1992) O conceito de avaliação, IN NOESIS - A Educação em revista, n.º 23. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- MATOS, V. A. (1993). A Avaliação dos alunos no Ensino Básico. Porto: Edições ASA.
- MONTEIRO, M. e RIBEIRO S. M. (1999). Psicologia. Portugal. Porto Editora.
- NERICI, I. G. (1991). Introdução à Didáctica Geral. São Paulo: Editora Atlas S.A.

- PAULO A. et al. (2002). Avaliação das aprendizagens – das concepções às práticas. Lisboa. Ministério da Educação – Departamento da Educação Básica.
- PETERSON, P. (1995). Perfil do Professor do Ensino Geral. Luanda: DNFQE-MED.
- RIBEIRO, L. C. (1993). Avaliação da aprendizagem. Lisboa: Texto Editora.
- RIBEIRO, A. (1993). Desenvolvimento Curricular, Educação hoje. (4.ª ed). Porto: Texto Editora.
- SILVA, J. F. da; HOFFMANN, J.; ESTEBAM., M. T. (2003). Práticas avaliativas e aprendizagens significativas: em diferentes áreas do currículo. Porto Alegre: Mediação.
- STUFFLEBEAM, D. e SHINKFIELD, A. (1993). Evaluación Sistemática - guía teórica y práctica. Barcelona: Paidós-MEC.
- UNICEF-MEC. (1993). Opções para a Reconstrução do Sistema Educativo, Estudo Sectorial. (Tomo I). Luanda. UNESCO.
- ZABALZA, M.A. (2001). Diseño y Desarrollo Curricular. Madrid: ASA Editora.
- ZABALZA, M. (1992). Planificação e Desenvolvimento Curricular. Porto: Edições ASA.
- ZABAZLA, A. (1998). A Prática Educativa: Como ensinar. Porto Alegre: Artmed.
- ZABALZA, M.A. (1998) "Evaluación" in Fernandez Perez.
- ZABALZA, M. A. – Didáctica II: Programación, Métodos y Evaluación. Madrid: UNED